

IZAC MUNIZ MATOS – CAP QOCBM

**DEFESA CIVIL COMO ATIVIDADE DE DEFESA SOCIAL -
CRIAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE
SÃO LUÍS, UMA NECESSIDADE**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná e a Academia Policial Militar do Guatupê da Polícia Militar do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Administração Policial.

Orientador: **Carlos A. Daher- Maj QOBM**

Curitiba
2003

*Dedico o presente trabalho a todos os
profissionais de Defesa Civil que
anonimamente e de forma altruística
realizam suas atividades em prol da
humanidade.*

Sou grato ao *Senhor meu Deus* por me privilegiar e honrar com essa oportunidade. A meu orientador, o Sr. Carlos Alberto Daher pelo crédito e apoio desprendido para que pudesse realizar este trabalho. A minha família, meu pai , *Benedito da Costa Matos* (in memória), minha mãe, *Maria das Mercês Munis Matos* e a meus irmãos, pelo carinho e apoio nunca faltado. Em especial a minha esposa, companheira e amiga, *Sandra Regina* e a meus queridos filhos, *Amanda Gessyka*, *Maria Laura*, *Izac Mateus* e *Izac Júnior*, pelo amor grandioso dispensado e por serem minha razão de inspiração.

Epígrafe

PRECISA-SE

Autoria desconhecida.

De pessoas que tenham os pés na terra e a cabeça nas estrelas.
Capazes de sonhar, sem medo de seus sonhos.
Tão idealistas que transformem seus sonhos em metas.
Pessoas tão práticas que sejam capazes de tornar suas metas realidade.
Pessoas determinadas que nunca abram mão de construir seus destinos e arquitetar suas vidas.
Que não temam mudanças e saibam tirar proveito delas.
Que tornem seu trabalho objeto de prazer e uma porção substancial de realização pessoal.
Que percebam, na visão e na missão de suas empresas, um forte impulso para sua própria motivação.
Pessoas com dignidade, que se conduzam com coerência em seus discursos, seus atos, suas crenças e seus valores.
Precisa-se de pessoas que questionem, não pela simples contestação, mas pela necessidade íntima de só aplicar as melhores idéias.
Pessoas que mostrem sua face serena de parceiros legais.
Sem se mostrar superiores nem inferiores.
Masiguais.
Precisa-se de pessoas ávidas por aprender e que se orgulhem de absorver o novo.
Pessoas com coragem para abrir caminhos.
Enfrentar desafios, criar soluções, correr riscos calculados.
Sem medo de errar.
Precisa-se de pessoas que construam suas equipes e se integrem nelas.
Que não tomem para si o poder, mas saibam compartilhá-lo.
Pessoas que não se empolguem com seu próprio brilho.
Mas com o brilho do resultado alcançado em conjunto.
Precisa-se de pessoas que enxerguem as árvores.
Mas que também prestem atenção na magia da floresta.
Que tenham a percepção do todo a da parte.
Seres humanos justos, que inspirem confiança e demonstrem confiança nos parceiros.
Estimulando-os, energizando-os, sem receio que lhe façam sombra e sim se orgulhando deles.
Precisa-se de pessoas que criem em torno de si um ambiente de entusiasmo.
De liberdade, de responsabilidade, de determinação.
De respeito e de amizade.
Precisa-se de seres racionais.
Que saibam semear a fé.
E cultivar o emocional.
PRECISAMOS DE VOCÊ.....

SUMÁRIO

RESUMO	vi
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	vii
1. INTRODUÇÃO	01
2. METODOLOGIA	04
2.1 Retratar a atividade realizada pela Defesa Civil no Estado	04
2.2 Retratar as condições adversas que ocorrem em São Luís, que fomentam a criação de uma Comissão Municipal de Defesa Civil	04
3 . DESENVOLVIMENTO	05
3.1 Evolução Histórica da Defesa Civil	05
3.2 A Defesa Civil no Brasil	06
3.3 A Defesa Civil no Maranhão	10
3.3.1 Áreas e Monumentos sob Proteção Jurídica Federal	13
3.3.2 Áreas e Monumentos sob Proteção Jurídica Estadual	14
3.3.3 Áreas e Monumentos sob Proteção Jurídica Municipal	14
3.4 Organização Estrutural e Características da Defesa Civil	18
3.4.1 Objetivo	18
3.4.1.1 Conceito	19
3.4.1.2 Política Nacional de Defesa Civil	19
3.4.2. Características da Defesa Civil	19
3.4.2.1 Multissetorialidade	19
3.4.2.2 Velocidade	20
3.4.2.3 Progressividade dos Trabalhos	20
3.4.2.4 Alcance	20
3.4.2.5 Canais Técnicos	20
3.4.2.6 Flexibilidade	21
3.4.2.7 Mobilidade	21
3.4.3 Princípios da Defesa Civil	21
3.4.3.1 Princípios do Objetivo	22
3.4.3.2 Princípios da Iniciativa	23

3.4.3.3 Princípio da Segurança	23
3.4.3.4 Princípio da Simplicidade	24
3.4.3.5 Princípio da Cooperação	24
3.4.3.6 Princípio da Unidade de Direção ou Controle	25
3.4.3.7 Princípio da Moral ou Estabilidade	25
3.4.4 Fases de Atuação da Defesa Civil	26
3.4.4.1 A Fase Preventiva pode desdobrar-se em:	26
3.4.4.2 A Fase de Socorro pode desdobrar-se em:	27
3.4.4.3 A Fase Assistencial pode desdobrar-se em:	29
3.4.4.4 Fase Recuperativa	31
3.5 Situações Adversas que requerem a atuação da Defesa Civil	31
3.5.1 Desastres	31
3.5.1.1 Conceito	31
3.5.1.2 Classificação Geral dos Desastres	32
3.5.1.3 Quanto à Evolução	32
3.5.1.4 Quanto à Intensidade	32
3.5.1.5 Quanto à Tipologia	33
3.5.2 Calamidades	33
3.5.2.1 Calamidades Naturais	33
3.5.2.2 Calamidades Humanas	34
3.5.2.3 Calamidades Mistas	34
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
4.1 Proposições para a Implantação da Comissão Municipal de São Luís	36
4.2 Embasamento Legal para a Implantação	38
4.2.1 Constituição da República Federativa do Brasil, 1988	38
4.2.2 Constituição do Estado do Maranhão, 1990	39
4.2.3 Lei Orgânica do Município de São Luís, 1990.	40
4.2.4 Lei Nº 3.456, De 27 de Março de 1996, que criou o Sistema Municipal de Defesa Civil – Simdec.	41
4.3. Como Implantar e Organizar a Comissão Municipal de Defesa Civil	41
4.3.1 Conceito	41
4.3.2 Finalidade	41
4.3.3 Composição	42
4.3.4. Como implantar e organizar a COMDEC	42
4.3.4.1 Implantação	42
4.3.4.2 Estruturação	43
4.3.4.3 Finalidade	43

4.3.4.4 Atribuições	43
4.3.4.5 Funcionamento	44
4.3.5 Planos de Atividades	44
4.3.5.1 Atividades na Normalidade	45
4.3.5.2 Atividades na Anormalidade	46
5. REFERÊNCIAS BIBLOGRÁFICAS	50
6. ANEXOS	52
6.1 Modelos	52
6.1.1 Modelo de Mensagem	52
6.1.2 Modelo de Projeto de Lei	54
6.1.3 Modelo de Decreto	58
6.1.4 Modelo de Regimento Interno	59
6.2 Anteprojeto da Monografia	74

RESUMO

MATOS, IZAC MUNIZ. – DEFESA CIVIL COMO ATIVIDADE DE DEFESA SOCIAL –CRIAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE SÃO LUÍS, UMA NECESSIDADE com a implantação da Comissão Municipal de Defesa Civil na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão vislumbra-se um local onde a segurança é propiciada à comunidade, bem como suas necessidades de uma infraestrutura que atendam aos seus anseios seja posta em pleno funcionamento. Contudo, para que essa situação possa ser efetivada é preciso que o Poder Municipal, cômico do seu papel, leve em consideração o desenvolvimento social, cultural e principalmente humano da sociedade ludovicense. Diante desses fatores, compete ao Poder Municipal envidar esforços para proporcionar os meios necessários para assegurar que a sociedade ludovicense possa desfrutar dos serviços de defesa civil, que são tão importantes como qualquer outro tipo de serviço público prestado pelo município à população. Esse serviço de defesa civil municipal, incorporado pela Comissão Municipal de Defesa Civil é preponderante para as comunidades que habitam as áreas de riscos, pois será o primeiro órgão que atuará na prevenção, na assistência, no socorro e na recuperação dos locais atingidos. Outro ponto que merece total atenção é o fato de São Luís, ostentar o título de patrimônio cultural da humanidade, conferido pela Unesco no ano de 1997. Entretanto esse grandioso patrimônio está se desfazendo, devido a sua má conservação, bem como, pela inexistência de um órgão municipal, que exerça uma fiscalização rigorosa nas edificações e cobre dos proprietários o zelo que o patrimônio requeira. Nessa visão holística do cenário, temos como objetivo principal a difusão de informações e conhecimentos que fomente realmente a necessidade de sua implantação em resposta à situação caótica vivida pela sociedade ludovicense. Com isso, almejamos uma mudança de mentalidade por parte das autoridades, criando uma visão prevencionista, objetivando a redução dos fatores adversos de modo geral que possam atingir a população. Sendo assim, a nossa proposta é constituída de um levantamento histórico sobre a defesa civil no Mundo, no Brasil e no Maranhão; de um embasamento legal que estabeleça os critérios de sua implantação e de uma visão geral das condições em que se encontra a cidade de São Luís no que concerne às atividades de defesa civil. Palavras-chave: **Criação da Comissão Municipal de defesa Civil, Uma Necessidade.**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEDEC – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
CENG – Conselho de Entidades Não-Governamentais
CODAR – Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos
CODECIMA – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Maranhão
COMDEC – Comissão Municipal de Defesa Civil
CONDEC- Conselho Nacional de Defesa Civil
ESG – Escola Superior de Guerra
EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas
GEACAP – Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas
GRAC – Grupo de Atividades Comunitárias
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NUDEC – Núcleo de Defesa Civil
QOPM – Quadro de Oficiais Policial Militar
SIMDEC – Sistema Municipal de Defesa Civil
SINDEC – Sistema Nacional de Defesa Civil
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural organization
ZPH – Zona de Preservação Histórica

1. INTRODUÇÃO

O Município de São Luís, passa por uma transformação sob o ponto de vista ocupacional, tanto na área urbana quanto na área rural. O crescimento desenfreado da cidade traz consigo um aumento significativo no número de desastres.

Devido às condições geo-econômicas e climáticas que são próprias, a cidade São Luís, semelhante à maioria das capitais brasileiras, tem um crescimento habitacional urbano irregular, consequência do êxodo rural, o que provoca um alto índice de desemprego forçando uma ocupação desordenada. Por causa disso, cabe aos administradores municipais, resolver todos os problemas decorrentes dessa situação catastrófica.

Em São Luís, além do problema supracitado, temos o Centro Histórico com numerosos casarões centenários abandonados e mal cuidados, sob ameaça de desabar, trazendo risco à população, tanto para quem mora ali, quanto para as que circulam por aquelas áreas.

Uma outra área que requer cuidados constantes é a sua grande orla marítima, que acolhe frequentemente uma grande quantidade de banhistas em todas as estações do ano. Principalmente nas ocasiões festivas e nos grandes feriados, onde a concentração de pessoas aumenta o risco de desastres.

Atualmente as atividades de Defesa Civil são exercidas na capital maranhense, São Luís, pelo Corpo de Bombeiros, através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, que por conta dessa situação, necessita responder eficientemente a essas atividades causadas por fatores adversos. Alguns casos, devido ao acúmulo de atribuições que são de responsabilidade do município, ficam apenas na intenção, isto, porque na capital do Estado inexistente o órgão a quem compete desempenhar tais serviços.

As grandes cidades brasileiras sentiram necessidade de possuir um sistema que melhor articulasse os vários setores de organização pública e da própria comunidade, objetivando enfrentar as grandes ocorrências emergenciais. Após vários estudos e

experiências realizadas no final da década de noventa, resolveram criar um Conselho de Defesa Civil Nacional que trata de todas as diretrizes sobre o assunto.

A partir daí, originou-se o Sistema Nacional de Defesa Civil, que teve como ramificações os Sistemas Estaduais e Municipais cuja base principal é o Sistema Municipal, onde os problemas começam e devem ser solucionados.

Incluir em um programa de Governo, através de uma reforma administrativa, o tema sobre Defesa Civil, com certeza é dos maiores indicativos de sua atenção para com esta área, que se apresenta como uma das principais formas de enfrentar situações adversas, pelas quais, pode passar uma comunidade, mediante a ocorrência de desastres, sejam eles naturais, tecnológicos ou mistos.

Visando ações prioritárias de prevenção ou minimização de desastres, propõe-se a criação da Defesa Civil Municipal de São Luís, em conjunto com todos os órgãos que compõem o sistema, e que possam implementar ações que visem à realização dos trabalhos da Defesa Civil nas comunidades de São Luís, que sofrem ameaças, buscando alternativas rápidas a fim de solucionar esse terrível problema.

Com a implantação da Comissão Municipal de Defesa Civil para desempenhar as atividades de Defesa Civil, São Luís contribuirá eficientemente e eficazmente para uma resposta melhor aos fatores adversos, ora atendidos pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil na capital Maranhense.

O exercício da Defesa Civil, antes de tudo, é dever de cidadania. Sua essência é comunitária, Governo e comunidade, juntos, na iniciativa de solucionar esse problema.

A Comissão Municipal terá como atribuição principal, estabelecer e executar a política de Defesa Civil no âmbito municipal de forma sistemática, articulada com os sistemas estadual e nacional. Somente desta forma será possível realizar um trabalho frutífero, com grandes possibilidades de sucesso.

Propor subsídios para a implantação da Comissão Municipal de Defesa Civil na Cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão é nosso objeto maior, do qual buscaremos, através da caracterização das atividades realizadas pela defesa civil, bem

como, da apresentação das situações adversas que ocorrem na capital maranhense, a fomentação, com toda a certeza, para a criação de uma COMDEC.

2. METODOLOGIA

2.1 RETRATAR A ATIVIDADE REALIZADA PELA DEFESA CIVIL NO ESTADO

Com utilização de pesquisa documental descreveremos o cenário existente no Estado, no tocante às atividades de defesa civil, com ênfase às necessidades prementes de São Luís. O acervo utilizado será adquirido na Coordenadoria Estadual de defesa Civil e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

2.2 RETRATAR AS CONDIÇÕES ADVERSAS QUE OCORREM EM SÃO LUÍS, QUE FOMENTAM A CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

São Luís vive uma situação bastante singular, pois é a única capital brasileira que não possui um órgão de defesa civil municipal, o qual possa fazer frente aos fatores adversos que comumente afligem a população ludovicense, onde figuram os alagamentos, as quedas de barreiras, os desabamentos e as epidemias de dengue, principalmente.

Para retratar esse quadro, faremos uso de pesquisa documental, coletados na Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Visando fortalecer e complementar a argumentação descrita no cenário supracitado, realizaremos uma pesquisa bibliográfica, mediante consultas em livros, manuais, leis e decretos pertinentes ao assunto, para que possamos subsidiar a base legal para a implantação da Comissão Municipal de Defesa Civil de São Luís

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA DEFESA CIVIL

Com o aparecimento do homem sobre a face da terra, iniciou-se uma árdua luta pela sobrevivência, sempre ameaçada pelas adversidades, obrigando-se a desenvolver artifícios de defesa para enfrentar animais ferozes, a fome, os incêndios, as secas, as inundações e o ataque de inimigos.

Magníficos exemplos são encontrados nas civilizações antigas, onde os recursos para garantir a continuidade da espécie, eram buscados no próprio meio em que viviam, como é o caso do dilúvio, a primeira e mais devastadora catástrofe que temos notícia, através do testemunho do maior registro da humanidade a Bíblia Sagrada, que atingiu proporções mundiais. Para enfrentar este desastre, Noé construiu uma grande arca, capaz de transportar sua família e um casal de cada espécie de animal, além de alimento suficiente para todos.

Com o passar dos tempos, foram surgindo as vilas e as cidades e os procedimentos de defesa foram progressivamente sendo aperfeiçoados. Nas guerras realizadas na mais remota Antigüidade, os exércitos estavam preparados para o combate, mas a proteção da população civil não empenhada na luta, ficava para segundo plano. Para fazer frente aos fenômenos naturais adversos, não havia sistemas organizados pelo poder público local, as reações da defesa eram ocasionais. Somente mais tarde, na idade média, é que os franceses organizaram um sistema de combate ao fogo, que era o maior inimigo das grandes cidades.

A rápida evolução das sociedades humanas, o vertiginoso progresso na área tecnológica, industrial e de urbanização, contribuiu para as crescentes e insaciáveis necessidades do homem, tornando o mundo moderno palco de outras adversidades, como os incêndios em edifícios, poluição do ar e dos rios, acidentes de trânsito, radioatividade, etc.

As calamidades que antes eram raras tornaram-se hoje uma realidade diária, o que veio despertar sentimentos de solidariedade; a vida, a integridade física e o bem-estar de cada um, surgiram como bens de valor imensurável, necessitando serem protegidos por uma rede de defesa.

Com o passar do tempo as populações foram alertadas quanto à necessidade de organizarem um sistema de defesa mais amplo, não só para a proteção contra efeitos decorrentes de eventos catastróficos oriundos da natureza, como também os resultantes de situações de guerra. Surgiu o então sentimento de responsabilidade pública, conscientizando os governantes que ao Estado cabe o dever de proteger os cidadãos contra os fenômenos adversos.

Somente após o início da segunda guerra mundial, é que se evidenciou a necessidade de que a Defesa Civil fosse estruturada, como responsabilidade governamental, uma vez que foi comprovada a eficiência dos sistemas organizados para atender as populações dos grandes centros industriais e populacionais dos países envolvidos no conflito, a despeito dos incêndios, escombros, milhares de mortos e feridos, milhões de desabrigados, como consequência dos repetidos bombardeios.

3.2 A DEFESA CIVIL NO BRASIL

Como em outros países, somente após o início da Segunda Guerra Mundial, que se cogitou sobre a organização de uma Defesa Civil no Brasil.

Depois do ataque japonês à base de Pearl Harbor, no Havaí, o Governo baixou Decreto-Lei criando o Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, sob a supervisão do Ministério da Aeronáutica. Através de outros diplomas legais ocorreram outras modificações e por fim, em 1943, a mudança da denominação para Serviço de Defesa Civil.

Terminado o conflito mundial, com a euforia da paz, houve um relaxamento, culminando com a extinção do serviço em 1946. Posteriormente, o EMFA e a ESG

elaboraram trabalhos justificando e propondo a criação do Sistema Nacional de Defesa civil, os quais, por vários motivos, não vingaram.

Durante as situações catastróficas que se abateram no país, principalmente as secas e as inundações, a intervenção governamental se fazia sentir apenas para amenizar o sofrimento das populações atingidas.

Em 1966, no Estado do Rio de Janeiro, ocorreram inundações, deslizamentos de encostas e desabamentos, causando 1.200 mortes e 46.000 desabrigados, o que levou o Governo do então Estado da Guanabara, a baixar Decreto criando a Comissão Estadual de Defesa Civil, pioneira no Brasil.

Em 1967, através do Decreto-Lei 200, datado de 25 de fevereiro, em seu Artigo 39, o Governo Federal atribui ao Ministério do Interior a responsabilidade de assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas.

Em 05 de março de 1969, através do aviso nº 0067, o Ministério do Interior conclamou os Governadores de Estado, no sentido de criarem um Sistema Estadual de Defesa Civil.

Na elaboração da Constituição do Brasil, promulgada em 24 de janeiro de 1967, o Governo demonstrou interesse pelo assunto quando estabeleceu no Capítulo II, Artigo 8º, item XII, que compete à União organizar a defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente a seca e as inundações.

A Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, no Capítulo II, Art. 8º, item XIII, reitera o contido na Constituição de 1967.

Em 22 de maio de 1969, com base no Artigo 1º do Decreto nº 64.568, foi criado um grupo de trabalho incumbido de elaborar o Plano Permanente de Defesa Civil Contra as Calamidades Públicas, que concluiu pela necessidade de ser instituído o Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas - GEACAP, subordinado ao Ministério do Interior.

Em 13 de outubro de 1969, através do Decreto-Lei nº 950, foi instituído no Ministério do Interior o fundo Especial para Calamidades Públicas, fixando a dotação de recursos e outras providências. A regulamentação do fundo efetivou-se através do Decreto

nº 66.204, datado de 13 de fevereiro de 1970 e prevê o atendimento às populações atingidas por calamidade, quando reconhecido pelo Governo Federal, para aquisição de medicamentos, alimentos, agasalhos e pagamento de transportes, reembolso de despesas com preservação de vidas humanas, efetivadas por entidades públicas ou privadas, prestadoras de socorro na área de flagelo; e 5% para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para calamidades públicas. (Em 08 de março de 1994, através do Decreto Federal nº 1.080, foi revogado o Decreto 66.204, regulamentando novamente o FUNCAP permitindo uma maior abrangência quanto à destinação dos recursos na condição de Estado de Calamidade Pública reconhecida pelo Governo Federal).

Em 05 de outubro de 1970, através do Decreto nº 67.347, foi criado o GEACAP, com o fim de coordenar em todo o Território Nacional, a prevenção das calamidades públicas,

Assistência às populações atingidas e a recuperação das áreas flageladas. (Em 16 de dezembro de 1988, foi extinta pelo Decreto nº 97.274).

Em 13 de agosto de 1979, foi criada a Secretaria Especial de Defesa Civil - SEDEC, através do Decreto nº 88.839, vinculada ao Ministério do Interior com a finalidade de orientar e coordenar em todo o Território Nacional, as medidas relativas à prevenção, assistência e recuperação quando da ocorrência de fenômenos adversos de quaisquer origens.

Em 16 de dezembro de 1988, através do Decreto nº 97.274, foi organizado o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, com o objetivo de planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades (Art. 21, Inciso XVIII, da Constituição), integrando a atuação dos órgãos e entidades de planejamento, coordenação e execução das medidas de assistência às populações atingidas por fatores anormais e adversos, bem assim de prevenção ou recuperação de danos em situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Em 16 de agosto de 1993, através do Decreto Federal nº 895, foi revogado o Decreto nº 97.274 sendo reorganizado o Sistema Nacional de Defesa Civil.

O Conselho Nacional de Defesa Civil, através da Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 1994, aprovou a Política Nacional de Defesa Civil.

A Defesa Civil foi criada em vários países para atender aos problemas internos resultantes das guerras. No Brasil, surgiu após a ocorrência de várias catástrofes do passado que encontraram o poder público e a comunidade despreparada para enfrentá-los. Na década de 70, várias ocorrências (incêndio do Edifício Joelma e Andraus, causador várias mortes) marcaram o despreparo dos órgãos e comunidades para enfrentar uma situação adversa.

Surgiu, então, a idéia da Defesa Civil, como órgão coordenador da prevenção e atendimento aos desastres, com a participação e o envolvimento de órgãos e entidades governamentais, além de toda a comunidade.

Percebeu-se a partir daí, a necessidade de todos estarem preparados para prevenir e enfrentar situações emergenciais ou pelo menos estarem em condições de diminuir perdas humanas e materiais, atendendo a vitimados, restabelecendo a normalidade em áreas atingidas diante dos eventos imprevisíveis.

Os Estados Brasileiros começaram a organizar suas Defesas Cíveis, assim como alguns municípios. O Estado de São Paulo saiu na frente, organizando o primeiro Sistema Estadual de Defesa Civil através do Decreto de 09/02/76, reorganizado pelo Decreto nº 40,151/95, que considerou a participação comunitária imprescindível no sistema, já que nenhum Governo tem a capacidade de solucionar por si só, os problemas que afetam a comunidade.

Assim a Defesa Civil passou a ser instrumento de coordenação dos esforços de todos os órgãos estaduais e municipais, juntamente com os demais organismos públicos e privados, e a comunidade. Tudo isso através do planejamento e execução das medidas de prevenção aos desastres para o socorro às populações vitimadas e restabelecimento do bem-estar social.

Atualmente, todas as grandes cidades já criaram suas Defesas Cíveis, através de sistemas que envolvem Governo e comunidades; seguindo assim, orientação da Defesa Civil Nacional.

3.3 A DEFESA CIVIL NO MARANHÃO

São Luís está situada no Golfão Maranhense, numa região bastante recortada geograficamente, próximo à Linha do Equador: 2º grau e 5 décimos. Por esses motivos aqui ocorre a maior variação de marés do mundo, numa vazão e cheia que atinge os 7 metros.

A Ilha de São Luís está bem no centro do extenso litoral maranhense. O clima é tropical, quente e semi-úmido, com duas estações bastante distintas: aqui o verão é de julho até dezembro e a estação das chuvas é de janeiro a junho.

Foi erguida à entrada da Baía de São Marcos, numa espécie de península formada pelos estuários dos rios Anil e Bacanga. A maior parte da cidade encontra-se sobre um tabuleiro terciário, altitude média de 25 metros. A ilha de São Luís, abriga além da capital do Estado, os municípios de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar.

O município de São Luís possui uma população de 867.690 habitantes, distribuídos numa área de aproximadamente 905 mil quilômetros quadrados. (Segundo o censo 2000 - IBGE).

São Luís é uma cidade que já nasceu diferente, pois embora tendo sido fundada pelos franceses em 1612 é curiosamente conhecida como a mais lusitana das cidades brasileiras. Também cognominada como Atenas Brasileira, Cidade dos Azulejos, Ilha do Amor, além desses adjetivos, a capital maranhense foi elevada à condição de Patrimônio Cultural da Humanidade, tombada pela UNESCO em 1997.

Não apenas a curiosidade diferencia São Luís das demais cidades brasileiras. A arquitetura colonial deixada pelos Portugueses talvez seja o que mais sobressai neste contexto. A cidade conserva o maior e mais homogêneo conjunto arquitetônico de origem portuguesa, sobressaindo-se os casarões com fachadas revestidas em azulejos vindos da Europa, o que lhe conferiu o nome de Cidade dos Azulejos, escadarias, soleiras e ruas calçadas em pedras de cantaria, palácios e palacetes. Dos casarões de São Luís saltam mirantes, sacadas e balcões rendilhados em ferro batido, formando desenhos pitorescos e dependendo da moldura, traçam figuras míticas ou inimagináveis.

São Luís possui o maior e mais homogêneo conjunto arquitetônico de origem civil portuguesa da América Latina, sendo hoje conhecida mundialmente como um dos principais acervos do patrimônio da humanidade.

FOTO 01 – VISTA AÉREA DO CENTRO DE SÃO LUÍS



(fonte: www.ma.gov/mapa/saoluis, em 13/10/2003)

Centro Histórico de São Luís possui uma textura compacta e regular, com edificações implantadas sobre uma malha viária ortogonal, de forma contínua, junto às testadas dos lotes, estabelecendo um alinhamento regular sobre as calçadas. Ligeiras modificações na direção e largura das vias e a delimitação de pequenos espaços abertos espalhados na área criam o peculiar ritmo da paisagem urbana de São Luís.

Os primeiros casarões começaram a serem construídos na metade do séc. XIX, surgiram os sobrados e as casas térreas, conhecidas como “portas-e-janelas”, que adaptavam o estilo neoclássico às condições do clima equatorial. Por volta de 1830, virou moda revestir as fachadas desses prédios com azulejos, mais do que uma simples decoração, mostrou ser a opção ideal para refletir a luz e o calor do sol, tornando as paredes menos vulneráveis às chuvas e à ação do tempo.

FOTO 02 – MOSTRANDO A COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE SÃO LUÍS (PROJETO REVIVER – CENTRO HISTÓRICO), ONDE AS EDIFICAÇÕES SÃO CONSTRUÍDAS GEMINADAMENTE (UNIDAS), CARACTERÍSTICAS TÍPICAS DAS CONSTRUÇÕES DO PERÍODO COLONIAL E IMPERIAL.



(fonte: www.ma.gov.br/cidadao/saoluis/centro-historico, em 13/10/2003)

O Centro Histórico de São Luís apresenta um conjunto arquitetônico bastante variado, com características peculiares, onde há uma predominância dos seguintes tipos de habitação:

- Os solares;
- Os sobrados;e
- As casas térreas.

FOTO 03 – LOGRADOURO DENOMINADO RUA DA ESTRELA – CENTRO HISTÓRICO, NO QUAL SE OBSERVA O DESCASO NA CONSERVAÇÃO DOS IMÓVEIS.



(fonte: www.ma.gov.br/cidadao/saoluis/centro-historico, em 13/10/2003)

3.3.1 ÁREAS E MONUMENTOS SOB PROTEÇÃO JURÍDICA FEDERAL

Acervo arquitetônico e paisagístico tombado em 23 de dezembro de 1955 e 13 de março de 1974 pelo Governo Federal, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. São aproximadamente 1000 imóveis de valor histórico e paisagístico.

3.3.2 ÁREAS E MONUMENTOS SOB PROTEÇÃO JURÍDICA ESTADUAL

Através do Decreto Estadual nº 10.089, de 6 de março de 1986, foi realizado o tombamento de aproximadamente 2500 imóveis de valor histórico e artístico.

3.3.3 ÁREAS E MONUMENTOS SOB PROTEÇÃO JURÍDICA MUNICIPAL

O Plano Diretor Urbanístico de 1992, Lei Municipal nº 2.352 de 29 de dezembro de 1992, dividiu o centro da cidade em duas grandes zonas: a ZPH - Zona de Preservação Histórica, que abrange as duas áreas acima citadas e a ZPH/2, que corresponde às áreas de entorno e preservação ambiental do Aterro do Bacanga e do Parque do Bom Menino.

FOTO 04 - ESTE CONJUNTO ARQUITETÔNICO APRESENTA UM PERCENTUAL CONSIDERÁVEL DE SE DESFAZER, EM VIRTUDE DE ALGUNS CASARÕES ESTAREM EM PÉSSIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM ISSO AUMENTA O RISCO DE DESABAREM. PONDO EM RISCO NÃO SÓ O PATRIMÔNIO, MAS, TAMBÉM A VIDA DAS PESSOAS USUÁRIAS DO LOCAL.



(fonte: www.ma.gov.br/cidadao/saoluis/centro-historico, em 13/10/2003)

A área tombada de São Luís possui de 3500 imóveis e está dividida em duas, sendo uma registrada no tombamento federal com 1000 imóveis, compreendendo o centro histórico de São Luís, o que corresponde a 29% dos imóveis tombados, e a outra com registro no tombamento estadual com 2500 imóveis, compreendendo o restante da capital maranhense, correspondendo a 71% dos imóveis tombados.(fonte: IPHAN – Instituto do Patrimônio Humanístico e Arquitetônico Nacional).

Cerca de 21% dos imóveis apresentam estado de conservação bom (precisando de pequenos reparos,serviços de conservação e pinturas), 42% apresentam estado de conservação regular (além dos serviços supramencionados, necessitam de intervenções de pequeno porte) e 37% apresentam péssimo estado de conservação (necessitam de obras emergenciais de recuperação). Segundo dados da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Maranhão.

FOTO 05 - O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DA CIDADE DE SÃO LUÍS, CONTINUA AMEAÇADO DE DESABAMENTO, DEVIDO AO ESTADO DE ABANDONO QUE ALGUNS CASARÕES SE ENCONTRAM, COMO PODEMOS VERIFICAR.



(fonte: www.ma.gov.br/cidadao/saoluis/centro-historico, em 13/10/2003)

No período de 1998 a 2002, foram interditadas no Centro Histórico de São Luís, pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, 12 (doze) edificações por oferecerem risco iminente de desabar e para agravar ainda mais a situação deste patrimônio cultural da humanidade, causado pelo descaso dos proprietários e do Poder Público, outras 12 (doze) edificações estão em processo de interdição. Nesse cenário desabonador, outras 45 (quarenta e cinco) edificações foram vistoriadas e seus processos enviados para o Ministério Público Federal solicitando suas respectivas interdições. (dados fornecidos pela CODECIMA).

Nesse mesmo período, ou seja, de 1998 a 2002, o patrimônio arquitetônico do Centro Histórico de São Luís sofreu uma perda de 11 (onze) edificações que desabaram, segundo dados da CODECIMA.

Outros pontos sensíveis da capital maranhense são os locais sujeitos a deslizamentos (queda de barreiras), desabamentos e inundação, concentrados principalmente nos bairros periféricos com baixo nível de infra-estrutura.

Além dos bairros periféricos, os problemas supracitados, também se apresentam em outras áreas da capital maranhense, oferecendo riscos à comunidade local, principal vítima desses fenômenos adversos. Entretanto, havendo ações de defesa civil nessas áreas, poderemos minimizar o sofrimento dos seus habitantes.

Com o início do período chuvoso, o problema se agrava, devido ao baixo nível de infra-estrutura proporcionada pelo Município à comunidade que reside nas áreas sujeitas aos fenômenos adversos outrora mencionados, bem como a inexistência de um órgão que canalize para si a responsabilidade de atuar nos casos de sinistro, em socorro a essa população, como também a realização de acompanhamento e mapeamento dessas áreas para que possa subsidiar o Poder Municipal para a tomada de decisão, no sentido de minimizar e/ou amenizar o sofrimento dessa população tão necessitada.

FOTO 06 – VISTA AÉREA DA LAGOA DA JANSEN (CONSTANTEMENTE FOCO DE DENGUE) E DE PARTE DA ORLA MARÍTIMA DE SÃO LUÍS



(fonte: www.ma.gov/mapa/saoluis, em 13/10/2003)

FOTO 07- O SURGIMENTO DE UM ALAGAMENTO, PERCEBEM-SE OS RISCOS A QUE ESTÁ SUJEITA A COMUNIDADE, QUE VÃO DESDE PREJUÍZOS FINANCEIROS À PERDA DE VIDAS.

*A qualquer momento,
em qualquer lugar,
podemos ser vítimas de
um desastre.*

*Por isso, é importante
que você saiba
o que fazer e como fazer
para se proteger.*



(fonte: www.defesacivil.gov.br/cmd_index.htm, em 13/10/2003)

Em vistoria realizada nessas áreas, foi detectado que 477 residências, distribuídas em 10 (dez) bairros, estão sujeitas a pelo menos uns dos fenômenos adversos mencionados acima. E também foram registrados, 19 (dezenove) casos de deslizamentos, 16 (dezesesseis) casos de desabamentos e 03 (três) casos de inundações. (Fonte: CODECIMA).

3.4 ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL E CARACTERÍSTICAS DA DEFESA CIVIL

3.4.1 OBJETIVO

O objetivo geral da Defesa Civil é a redução de desastres. A redução dos desastres é conseguida pela diminuição da ocorrência e da intensidade dos mesmos.

Elegeu-se, internacionalmente, a ação "reduzir", porque a ação "eliminar" definiria um objetivo inatingível.

As ações de redução de desastres abrangem os seguintes aspectos globais:

- a. Prevenção de Desastres
- b. Preparação para Emergências e Desastres
- c. Resposta aos Desastres
- d. Reconstrução.

3.4.1.1 CONCEITO

É o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

3.4.1.2 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

É a orientação que define os Objetivos Nacionais de Defesa Civil e o modo de alcançá-los e ou preservá-los, e dela decorrem todos os Planos e Programas de Defesa Civil.

3.4.2. CARACTERÍSTICAS DE DEFESA CIVIL

3.4.2.1 MULTISSETORILIDADE

É a participação de várias instituições nas atividades com caráter de Defesa Civil, independentemente de serem vinculadas ao governo ou emanadas da própria comunidade.

As ações de Defesa Civil desenvolvem-se nos mais variados campos do conhecimento científico, com níveis distintos de aplicação, daí se observar que os Sistema de Defesa Civil desdobram-se em função da intensidade e tipologia dos desastres.

3.4.2.2 VELOCIDADE

A atuação da Defesa Civil deve ser rápida, de forma a atingir grandes distâncias no menor tempo.

3.4.2.3 PROGRESSIVIDADE DOS TRABALHOS

As ações são progressivas, devem iniciar na comunidade com os recursos locais e, se for o caso, aumentar o apoio mediante ação do Município, do Estado e da União.

3.4.2.4 ALCANCE

A Defesa Civil tem atividades de caráter universalizado. Pode atuar e receber auxílio de qualquer parte do mundo.

3.4.2.5 CANAIS TÉCNICOS

Um membro do SINDEC é submetido a uma dupla subordinação:

a- por um lado, está diretamente ligado ao Órgão Setorial ou Instituição a que representa; e

b- por outro lado, está tecnicamente vinculado ao Órgão do Sistema que estiver coordenando as ações de Defesa Civil.

Essa ação assegura uma característica de uniformidade aos trabalhos realizados pelos diversos participantes do Sistema de Defesa Civil, mobilizados.

3.4.2.6 FLEXIBILIDADE

Capacidade de adaptar-se rapidamente a várias situações, utilizando seus diversos componentes do Sistema, para a realização das mais diversas ações de Defesa Civil.

3.4.2.7 MOBILIDADE

É a capacidade de estabelecer-se em novas bases e operar com eficácia, em função das necessidades do momento.

3.4.3 PRINCÍPIOS DE DEFESA CIVIL

A normalidade na vida da sociedade é necessária para o atendimento dos objetivos nacionais.

A vulnerabilidade dos serviços públicos, essenciais à comunidade, como abastecimento de água, energia, transportes, serviços de saúde, educação, abastecimento e outros, e a impossibilidade da comunidade em resolver por seus próprios meios, problemas decorrentes de anormalidade, traduzem o campo de ação da Defesa Civil.

Alguns dos princípios onde se fundamentam estas ações são descritos a seguir: Constituem elementos básicos consagrados pela experiência, destinados a orientar o planejamento das Ações de Defesa Civil.

Não são regras rígidas, mas uma fonte de inspiração para a concepção e condução das atividades, das operações e ações de Defesa Civil, entretanto, não substituem a análise, o amplo e bem fundamentado conhecimento profissional, a imaginação e o bom-senso.

Não os considere como dogmas, válidos para qualquer situação, ajuste-os à realidade para não ser levado a adotar decisões inadequadas.

A ordem de importância não é representada na sequência de apresentação. Alguns coincidem com outras publicações não necessariamente de Defesa Civil.

Ao planejar uma operação com diversas atividades de Defesa Civil, leve em consideração o que preconizam os princípios, interprete-os, adapte-os à situação em pauta, contudo não condicione às mesmas inflexivelmente suas decisões.

3.4.3.1 PRINCÍPIOS DO OBJETIVO

Consiste em selecionar e definir, apropriadamente o objetivo. Diz respeito aos efeitos desejados que se espera obter. A seleção e a clara definição dos efeitos desejados são essenciais para o sucesso das operações.

A seleção deve ser precedida de uma avaliação judiciosa de adequabilidade, de praticabilidade e de aceitabilidade.

a) O emprego dos meios de Defesa Civil decorre, essencialmente, do levantamento das necessidades em trabalhos. Essas necessidades são, em geral, numerosas e superiores às disponibilidades em tempo e em meios. É preciso, portanto, fixar as prioridades dos diversos trabalhos a realizar, tomando por base sua importância relativa, a fim de atender às ações planejadas, da melhor forma, com os meios disponíveis.

b) A urgência de um trabalho, ou seja, o prazo em que o mesmo deve ser concluído, pode estar traduzida na própria prioridade, conforme sua importância. Quando isso não acontecer, é possível admitir-se que, dentro de uma mesma prioridade, existam trabalhos com urgências diferentes. Em certos casos, pode haver trabalhos de prioridade inferior, que necessitam ser concluídos antes de outros de prioridade mais elevada, em nada alterando a execução da tarefa.

c) As ações de Defesa Civil, sempre que possível, devem ser exercidas por grupos previamente designados, que deverão permanecer nos trabalhos, até sua conclusão. A substituição de grupos ou pessoas no decurso de um trabalho acarreta uma solução de continuidade que afeta o seu rendimento.

O objetivo assim selecionado deve ser preservado para a obtenção do efeito desejado.

3.4.3.2 PRINCÍPIOS DA INICIATIVA

A ação prevalece sobre a reação na busca de resultados decisivos.

A iniciativa estimula a audácia e a coragem, fortalece a coesão do grupo, transforma-os em equipe.

Este princípio recomenda a intensificação das ações, sempre que ocorra um sucesso estratégico ou tático, ou uma mudança favorável na situação.

Sua aplicação dependerá de boas e constantes informações e de uma madura experiência.

3.4.3.3 PRINCÍPIO DA SEGURANÇA

Consiste em assegurar a integridade e a liberdade de ação sem ser surpreendido pelo imprevisto.

Fundamenta-se no rigoroso cumprimento de preceitos doutrinários operacionais, na posse de conhecimentos precisos e na obtenção e utilização de informações oportunas e adequadas.

É necessário preservar-se o sigilo das operações, para evitar o pânico e suas conseqüências.

É necessário o estabelecimento de uma confiável rede de comunicações, a fim de se obter controle e coordenação das operações.

3.4.3.4 PRINCÍPIO DA SIMPLICIDADE

A simplicidade promove o entendimento, facilita a execução. Reduz a possibilidade de erros ou incompreensão, facilita a introdução de modificações e ampliações.

A simplicidade aplica-se em todos os níveis de planejamento e execução. Entretanto, deve-se evitá-la quando interferir com a precisão e a consecução do propósito.

3.4.3.5 PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO

Consiste na convergência de esforços entre os órgãos atuantes, a fim de se obter o máximo rendimento na aplicação dos meios.

A cooperação exige grandeza interior, postura altruísta e acima de tudo, perfeita e consciente identificação do objetivo maior que se pretende alcançar.

Para ser eficaz exige dos responsáveis, planejamento integrado e emprego coordenado.

3.4.3.6 PRINCÍPIO DA UNIDADE DE DIREÇÃO OU CONTROLE

Este princípio compreende elementos essenciais, tais como:

- Direção ou Chefia da Coordenação Geral bem definida;
- Delegação de autoridade com responsabilidade correspondente, comensurada e tarefas pré-determinadas;
- Todos os participantes devem saber perfeitamente o que se espera dele e aquilo que ele deve fazer; e
- Organização em cadeia, com um sistema de comunicações confiável e meios alternativos para caso de falha.

É o princípio fundamental para o emprego racional e unificado dos meios disponíveis, o qual permite fazer uso, em toda sua plenitude, das características de flexibilidade e mobilidade da Defesa Civil.

Não aplicado, gerará fragmentação de esforços.

3.4.3.7 PRINCÍPIO DA MORAL OU ESTABILIDADE

Moral é o "estado de espírito" ou a "atitude mental" de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, que se reflete em sua conduta.

A estabilidade ou o moral individual é determinado pela natureza do indivíduo e por suas reações ao risco, ao adestramento, à disciplina e à liderança.

Em grupo, os efeitos dos estados de espírito individuais são intensificados, e o moral torna-se um fator cumulativo que pode produzir inesperados pontos altos ou intensas depressões.

Em ações de Defesa Civil, a estabilidade do grupo depende da estabilidade individual e de suas reações às determinações de chefia e de direção.

Abundância de recursos materiais pode não compensar a carência de moral e de uma forte crença nos objetivos almejados.

3.4.4 FASES DE ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL

As ações de Defesa Civil desenvolvem-se em quatro fases circunstanciais denominadas preventiva, de socorro, assistencial e recuperativa.

A fase preventiva é operada em situação de normalidade.

As demais fases são desencadeadas, sempre, em situação de anormalidade. Podem-se desdobrar as fases, de acordo com as características de atendimento, para se estabelecer uma seqüência pormenorizada das atividades e das providências a serem tomadas.

3.4.4.1 A FASE PREVENTIVA PODE DESDOBRAR-SE EM:

a) Análise

1) Toda calamidade nos dá oportunidade de extrair ensinamentos e os fatos registrados proporcionarão valiosos subsídios para novos planejamentos.

2) Algumas atividades essenciais nesta subfase são a análise e avaliação das operações anteriores e o planejamento para eventos semelhantes.

b) Prevenção

1) É importante adotar medidas preventivas, tais como rever e procurar melhorar as previsões meteorológica, geológica e hidrológica. A Defesa Civil deve estar apta para atender as Calamidades Cíclicas, principalmente as decorrentes de inundações e secas. O sistema, se bem estruturado permitirá, também, o atendimento àquelas ocorrências consideradas imprevisíveis.

2) Um perfeito serviço de informações, a revisão dos planos com o conseqüente treinamento do pessoal e reequipamento material, e providências para defesa do patrimônio são algumas das atividades desse período.

c) Pré-Calamidade

1) Esta subfase pode ser bem caracterizada nos planos relativos às calamidades cíclicas, quando é exigida estrita vigilância sobre toda área circunscrita. O período de pré-calamidade é aquele em que o posto central de comunicações acompanha a evolução do fenômeno e detecta qualquer fato ou prenúncio que possa transformar-se em anormalidade. Em tal hipótese, deve, imediatamente, alertar as autoridades responsáveis e mobilizar todos os recursos necessários, que ficarão de sobreaviso para pronta intervenção à época do pré-impacto, já na fase de socorro.

2) A principal atividade nesta subfase é a observação ininterrupta que possibilite a captação do sinal inicial de uma catástrofe, de modo que todos, em estado de alerta, possam providenciar a mobilização dos recursos indispensáveis.

3.4.4.2 A FASE DE SOCORRO PODE DESDOBRAR-SE EM:

a) Pré-impacto

1) É o espaço de tempo que separa o prenúncio, da ocorrência do fenômeno calamitoso. O Posto Central de comunicações deve transmitir as informações claras e precisas sobre a iminência de um fenômeno, fato adverso ou catastrófico, pois a decisão para desencadeamento de um determinado plano está diretamente vinculada à qualidade e confiabilidade das informações recebidas. O pré-impacto já caracteriza a situação de anormalidade, e sua extensão no tempo e no espaço é de difícil avaliação.

2) De posse das informações imprescindíveis quanto à espécie de fenômeno adverso, sua hora provável de impacto e a área vulnerável, é que a autoridade responsável poderá dar o alarme oficial. A partir daí, emitirá ordens de serviço e acionará os meios já mobilizados por ocasião da pré-calamidade (quando for o caso), a fim de aguardar o evento com a devida defesa, relativamente à segurança da população e da propriedade, sempre que for viável. A atividade essencial nesse espaço de tempo é a evacuação da área, o que exigirá medidas paralelas, tais como controle de trânsito, instalação de abrigos

provisórios, provisão de alimentos indispensáveis e proteção policial para os abrigos e para a área afetada, a fim de evitar saques e outros atos criminosos.

3) As principais atividades durante o pré-impacto são as relativas a comunicações, transporte e evacuação. As providências adotadas nesse período poderão definir as atividades seguintes que se tornarão mais fáceis e menos dispendiosas, dependendo da correção e oportunidade das decisões e operações levadas a efeito antes do impacto.

b) Impacto ou Emergência

1) Adotadas as providências até aqui recomendadas, a Organização de Defesa Civil pode aguardar confiante e, até mesmo, com relativa tranquilidade, o impacto das forças destruidoras, sejam fenômenos naturais ou de origem humana. Dependendo dos danos pessoais e materiais, o Coordenador das Operações poderá solicitar à autoridade governamental competente, a declaração da "Situação de Emergência".

2) As principais atividades que se incorporam às operações já descritas, são as relativas ao salvamento, à segurança ou proteção policial e à saúde.

c. Calamidade

1) O que define a calamidade é a extensão e o volume de danos provocados por uma ocorrência, sempre em relação a determinado espaço territorial. O Estado de Calamidade Pública pode, portanto, ser configurado no âmbito do Município, do Estado ou da União. A existência de planos exequíveis, já desencadeados à época da prevenção, de pessoal habilitado, devidamente adestrado para as diferentes tarefas de socorro, e de recursos compatíveis com o grau de emergência, dará à comunidade condições de reduzir e, talvez, eliminar a "indústria de calamidade", possibilitando aos poderes responsáveis à aplicação racional dos recursos financeiros, conforme estabelecido nos respectivos programas de governo.

2) O Estado de Calamidade Pública só deve ser reconhecido quando não houver mais condições de superar a emergência com os meios disponíveis, pois se permite, de um lado, o emprego de recursos que não seriam aplicáveis em situação de normalidade,

poderá, de outro lado, prejudicar, os programas já iniciados ou os planos governamentais anunciados. Este prejuízo não será computado se a situação realmente exigir das autoridades poderes excepcionais. Uma boa organização de Defesa Civil deverá ter técnicos capazes de orientar a melhor decisão em benefício da população e da área afetada, sem se envolverem emocionalmente com o fato ocorrido.

3) A principal preocupação dos responsáveis é a intensificação das providências já em andamento, na proporção que se apresente a progressão do evento desastroso, procurando, por todos os meios, evitar a perda do controle da situação e a interferência de aproveitadores, dispostos a praticar as mais diferentes manifestações danosas à comunidade.

3.4.4.3 A FASE ASSISTENCIAL PODE DESDOBRAR-SE EM:

a) Assistência

1) A assistência inicial, logo após o impacto violento da emergência, dependendo das circunstâncias e dos preparativos efetuados, poderá ocorrer de forma tumultuada, sem um controle adequado. Este procedimento deve ser evitado mediante planejamento que deve incluir o cadastro das famílias e indivíduos, para permitir uma triagem rápida e eficiente, reagrupando as famílias, levantando as pessoas realmente necessitadas e eliminando os elementos indesejáveis ou inescrupulosos. O cadastro é de grande valia não apenas para dar maior rendimento por ocasião da assistência, como para fins logísticos e estatísticos.

2) Importante distinguir, entre as pessoas afetadas por uma ocorrência, os atingidos e os flagelados.

a) Os atingidos são pessoas que possuem recursos e, apesar do golpe sofrido, têm condições de sobrevivência sem auxílio especial.

b) Os flagelados são pessoas necessitadas de amparo e ajuda, pois a ocorrência desastrosa as afeta de tal forma que, muitas vezes, as deixa à míngua, abatidas moral,

física e materialmente, numa situação aflitiva, sem condições de superar o momento a não ser com a participação e a solidariedade das forças componentes da Defesa Civil.

3) As principais atividades durante a assistência, são, especialmente, as referentes à triagem e atendimento dos flagelados.

b) Reabilitação

1) Enquanto a assistência é o setor dedicado ao ser humano, a reabilitação é o setor assistencial da área flagelada, a fim de permitir o retorno progressivo dos habitantes (flagelados ou atingidos). A reabilitação compreende uma série de atividades destinadas a preparar a área atingida para o recebimento ou retorno de seus moradores. Embora a população possa estar abalada e deprimida moralmente, à vista das perdas humanas e materiais, torna-se imperioso, tão logo as situações o permitam, promover a reabilitação, pois as condições dos abrigos, precisamente por serem de emergência, fazem com que as pessoas se tornem impacientes e desejosas de retornar aos lares e aos seus afazeres, o que só pode ser concretizado se for possível tornar a área novamente habitável, mediante providências imediatas e indispensáveis que permitam uma sobrevivência segura, embora sem conforto.

2) As principais atividades a serem desenvolvidas para promover a reabilitação são a descontaminação, limpeza ou desinfecção, para afastar e neutralizar a poluição ou evitar surtos epidêmicos, e a desobstrução e remoção dos escombros, o que inclui vistoria nos edifícios e obras para se avaliar a extensão das avarias registradas. Também os serviços públicos devem ser imediatamente reabilitados. Somente após as providências relativas à segurança e saúde pública, e outras medidas de caráter social, inclusive a designação de assistentes sociais para acompanhar a população em sua volta, ajudando-a em suas deficiências, é que a operação retorno deve ser iniciada.

3.4.4.4 FASE RECUPERATIVA

A fase recuperativa é a mais longa e onerosa. Todas as atividades desenvolvidas nesta fase devem visar à volta à normalidade da área atingida, devendo-se, também, introduzir um centro preventivo, já que a repetição das mesmas tragédias, nos mesmos locais, com danos cada vez maiores, pelo aumento da população, acarretam graves prejuízos para a comunidade e para o Estado. A recuperação de uma área, para ser eficiente, deve atender a vários planos, especialmente os que destinem a restabelecer a plenitude dos serviços públicos, do moral social e da economia.

Já durante a fase recuperativa, conforme as condições locais, deverá ser reiniciado o ciclo com a fase preventiva. Uma avaliação criteriosa poderá levantar as imperfeições e os imprevistos observados durante a operação recém-finda e que inspirem a revisão e as correções necessárias nos diversos planos da Organização da Defesa Civil.

3.5 SITUAÇÕES ADVERSAS QUE REQUEREM A ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL

3.5.1 DESASTRES

3.5.1.1 CONCEITO

É o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. Desastre não é o "evento adverso" mas a consequência do mesmo.

3.5.1.2 CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS DESASTRES

Os Desastres podem ser classificados:

- Quanto à Evolução
- Quanto à Intensidade
- Quanto à Tipologia

3.5.1.3 QUANTO À EVOLUÇÃO

São classificados em:

- desastre súbito ou de evolução aguda, como escorregamentos, enxurradas, vendavais, terremotos, chuvas de granizo e outros;
- desastres de evolução crônica e gradual, como seca, erosão e perda de solo, poluição ambiental e outros;
- desastre por somação de efeitos parciais, como cólera, malária, acidentes de trânsito, acidentes de trabalho e outros.

3.5.1.4 QUANTO À INTENSIDADE

A intensidade dos desastres pode ser definida em termos absolutos ou a partir da proporção entre as necessidades de recursos e as possibilidades dos meios disponíveis na área, para dar resposta cabal ao problema. Portanto podem ser classificados em:

- Desastres de pequeno porte: quando os danos e prejuízos são de pouca importância;
- Desastres de médio porte: quando os danos causados embora pouco vultosos são significativos e são suportáveis e superáveis por comunidades bem preparadas.

- Desastre de grande porte: para sua solução exige o reforço dos recursos locais, com meios regionais e, até mesmo, com apoio federal.

- Desastre de muito grande porte: exige a intervenção coordenada dos três níveis do Sistema Nacional de Defesa Civil e, até mesmo, de ajuda externa.

3.5.1.5 QUANTO À TIPOLOGIA

- Desastre Natural - provocado por fenômenos e desequilíbrio da natureza e gerado por fatores de origem externa, que atuam independentemente das ações humanas.

- Desastre Humano - provocado pelas atividades humanas (ações ou omissões), quando desencadeadoras de desajustes políticos e sociais, desequilíbrios ambientais ou da redução dos padrões de segurança coletiva.

- Desastre Misto - ocorre quando as ações ou omissões humanas contribuem para provocar, intensificar ou complicar os efeitos de desastres naturais.

Há uma tendência moderna para se considerar os desastres, em sua grande maioria, como mistos.

3.5.2 CALAMIDADES

É qualquer desgraça pública, flagelo, catástrofe ou infortúnio. (Glossário de Defesa Civil, pág 52).

3.5.2.1 CALAMIDADES NATURAIS

As calamidades naturais ocorrem independentes da participação do homem, podendo este, tomar determinadas providências no sentido de evitar ou minimizar os seus

efeitos. Os técnicos denominam-nas "Calamidades Naturais" por serem provocadas por fenômenos e desequilíbrio da natureza.

Com exceção de uma única calamidade produzida por meteoróides, de origem sideral, todas as demais calamidades têm causa terrestre. Se deixarmos de lado as calamidades de origem animal e vegetal, conseqüências de desequilíbrio biológico, a causa principal dos fenômenos naturais reside na geodinâmica terrestre, assunto este ligado à geologia física.

3.5.2.2 CALAMIDADES HUMANAS

As calamidades humanas ou de origem interna são representadas por uma série de perturbações que, desde o começo dos tempos, vêm afetando a existência do homem sobre a terra, variando, ao longo dos tempos, em modalidade e intensidade, paralelamente ao seu desenvolvimento. As calamidades de origem interna são geradas e sofridas pelo próprio homem que castiga a si próprio, podendo, pois, evitar suas tristes conseqüências usando a técnica, a prudência, a boa convivência e o bom senso, acima de tudo. As lamentáveis conseqüências das calamidades humanas estão ameaçando seriamente as bases de nosso progresso e cultura social, chegando alguns cientistas a afirmarem, sem paradoxo, que o homem primitivo era um civilizado.

3.5.2.3 CALAMIDADES MISTAS

A interferência do homem no meio ambiente, principalmente no sentido de adaptá-lo aos seus interesses e de explorar os seus recursos, tem alterado significativa e continuamente as condições ambientais, na medida em que se empenha cada vez com mais intensidade e aplica meios e tecnologia mais poderosos e sofisticados.

O uso indiscriminado do solo, por exemplo, tem provocado a sua erosão acelerada, sendo que as partículas sólidas, carregadas pelas águas, acabam depositadas nas calhas dos rios e canais, diminuindo a capacidade de escoamento das redes de drenagem. Do mesmo modo, o desflorestamento descontrolado diminui a capacidade do solo em absorver as águas da chuva e facilita a erosão.

Como consequência, teremos um aumento nos efeitos de uma possível enchente.

A interferência e a agressão ambientais atingiram níveis tão elevados, nos dias de hoje, que muitas das antigas calamidades naturais tendem a transformar-se em calamidades mistas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro de uma visão holística, procurou-se mostrar a realidade nada promissora vivida pela população ludovicense, que à mercê da vontade política fica no aguardo de medidas que possam amenizar suas expectativas no tocante à implementação dos serviços de defesa civil no município. Com isso, também objetivamos uma mudança de mentalidade por todos os membros do poder executivo e legislativo municipal, que estarão sensibilizados com os problemas que atingem em primeira instância, as comunidades carentes. Não devemos esquecer que nem mesmo uma comunidade melhor estruturada está isenta de sofrer ações intempestivas, quando da eclosão de um fenômeno adverso.

Com o intuito de dar uma resposta mais eficaz, faz-se necessário que tenhamos uma sociedade melhor preparada e que haja um órgão encarregado de promover atividades que tenha como objetivo a canalização de meios que possibilitem o enfrentamento dos problemas decorrentes da eclosão ou não de um fator adverso, através de procedimentos preventivos, de socorros, assistenciais e recuperativos.

A não-implantação de um órgão de defesa civil municipal, ou seja, da Comissão Municipal de Defesa Civil, traduzir-se-á pela condenação da comunidade em sofrer com as agruras da manifestação de qualquer que seja o sinistro.

4.1 PROPOSIÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS:

Numa análise da situação atual, no que se refere à necessidade da implantação da Defesa Civil Municipal nesta capital, levamos em conta ainda os seguintes pressupostos:

I – A necessidade de estabelecer a Defesa Civil para responder com eficiência e eficácia, com a participação harmoniosa da comunidade e do poder público à altura dos anseios e necessidade da população;

II – O apelo da comunidade técnica por intermédio do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e do Sindicato dos Engenheiros do Maranhão, traduz-se na conscientização da população e na tentativa de otimizar recursos na prevenção a fim de minimizar as consequências de desastres;

III – Os custos para otimizar meios são irrisórios, quando se trata de prevenir acidentes que ceifam anualmente vidas de nossos cidadãos;

IV – Das capitais brasileiras, São Luís é a única que não possui Defesa Civil Municipal, apesar de apresentar alguns fatores adversos que correspondem a riscos em potencial, como é caso do setor industrial: Porto do Itaqui, Ponta da Madeira e Alumar, que tanto transporta, como armazena produtos perigosos sem nenhum controle por parte da administração do município; áreas hospitalares e similares, que utilizam equipamentos que contêm fontes radioativas que precisam ser controladas. Além dos riscos de desabamento de construções antigas que predominam no Centro Histórico, deslizamento de encostas na periferia da cidade e outros riscos aos quais a população ludovicense está sujeita;

V – Já existe uma legislação que cria o Sistema de Defesa Civil Municipal de São Luís (Lei 3.456.96), porém nunca foi colocada em prática. Até, porque, este sistema só pode funcionar sob a organização e coordenação de um órgão central de Defesa Civil;

VI – Devido ao descaso do Poder Público, no tocante a medidas controladoras da evolução dos riscos de desabamento no Centro Histórico, São Luís poderá perder o título de Patrimônio Cultural da Humanidade;

VII – Há necessidade de fazer funcionar o sistema municipal com uma capacidade de articular e coordenar as ações que sejam preventivas, de socorro ou assistenciais.

Propomos, portanto que seja criada através de um dispositivo Legal, a Comissão Municipal de Defesa Civil de São Luís, órgão central responsável pelo estabelecimento e execução e política de Defesa Civil Municipal.

Este documento destina-se a orientar as Prefeituras Municipais na instalação e dinamização do Sistema Municipal de Defesa Civil, de modo a torná-lo ágil, de permanente atividade e prontidão.

4.2 EMBASAMENTO LEGAL PARA A IMPLANTAÇÃO:

4.2.1 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988

Título II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo I

Dos Direitos e Deveres

Individuais e Coletivos

.....

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

XI - A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

.....

XXV - No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

Título III

Da Organização do Estado

Capítulo II

Da União

Art. 21. Compete à União:

.....

V - Decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal.

.....

XXVIII - Planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XXVIII - Defesa Territorial, Defesa Aeroespacial, Defesa Marítima, Defesa Civil e mobilização nacional.

4.2.2 CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1990

Título II

Da Organização Municipal

Capítulo I

Dos Municípios

Seção II

Da Competência do Município

Art. 147 – Compete ao Município:

I – legislar sobre assuntos locais:

.....

VII – zelar pelo patrimônio municipal, inclusive o histórico – cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

.....

Parágrafo Único – aplica-se ao Município o exercício da competência comum com o Estado e a União prevista no Art. 12, inciso I, desta Constituição.

Art. 12 – Compete, ainda, ao Estado:

I – em comum

.....

c- guardar e proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e as paisagens notáveis e os sítios arqueológicos;

.....

i – promover e incentivar programas de construção de moradias e fomentar a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

4.2.3 LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS, DE 05 DE ABRIL DE 1990.

Capítulo III - Da Competência do Município

Seção Única - disposições gerais

Art. 13 Compete ao Município:

I - Em comum com o Estado e a União:

a) zelar pela guarda da Constituição Federal, da Constituição Estadual, desta Lei Orgânica e das leis e instituições democráticas, e pela preservação do patrimônio público;

.....

c) guardar e proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e as paisagens notáveis, além dos sítios arqueológicos na área de sua circunscrição;

.....

i) promover e incentivar programas de construção de moradias prioritariamente para as pessoas de baixa renda e fomentar a melhoria das condições habitacionais existentes e de saneamento básico;

.....

III - Compete ainda ao Município:

.....

m) realizar atividades da defesa civil, inclusive no auxílio de combate a incêndios e prevenção de acidentes naturais em cooperação com a União e o Estado;

4.2.4 LEI Nº 3.456, DE 27 DE MARÇO DE 1996, QUE CRIOU O SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – SIMDEC.

.....

Art. 3º - O Sistema Municipal de Defesa Civil é dirigido pelo Prefeito do Município e coordenado pelo órgão central do sistema, que é a Coordenadoria Municipal de defesa Civil

4.3. COMO IMPLANTAR E ORGANIZAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

4.3.1 CONCEITO

É o órgão municipal responsável pela execução, coordenação e mobilização de todas as ações de defesa civil no município.

4.3.2 FINALIDADE

É a defesa organizada onde se aplica racionalmente o meio disponível para fazer frente aos fenômenos anormais e adverso (deslizamento, desabamento, inundação, etc.), com o objetivo de minimizar as conseqüências danosas que possam causar à comunidade.

4.3.3 COMPOSIÇÃO

Os representantes de todas as entidades públicas e privadas do município:

- a) da área municipal: os funcionários da própria prefeitura;
- b) das áreas estadual e federal: os elementos convidados de todos os órgãos das referidas áreas, localizados no município;
- c) da comunidade: os representantes convidados de órgãos classistas, assistenciais, culturais, religiosos, clubes de serviços, da imprensa e outros.

4.3.4. IMPLANTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA COMDEC

4.3.4.1 IMPLANTAÇÃO

A documentação para a implantação que abaixo citaremos, consta em modelos previamente estabelecidos em âmbito nacional pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, obedecendo às peculiaridades de cada município. Tais modelos estão elencados no anexo deste trabalho, para melhor entendimento e compreensão de sua formulação:

- Mensagem do Poder Executivo à Câmara de Vereadores, com a apresentação do Projeto de Lei contendo as linhas básicas de sua organização e funcionamento;
- Decreto do Prefeito aprovando o Regimento Interno;
- Regimento Interno da COMDEC;
- Publicação na Imprensa Oficial.

3.4.2 ESTRUTURAÇÃO

Deverá ter a seguinte estrutura:

- a) Presidência

- b) Diretoria de Operações
- c) Grupo de Atividades Comunitárias - GRAC
- d) Conselho de Entidades Não Governamentais - CENG
- e) Núcleo de Defesa Civil - NUDEC

4.3.4.3 FINALIDADE

Assessorar o Poder Executivo Municipal nas ações de defesa civil propondo medidas capazes de prevenir os acidentes, naturais ou provocados pelo homem, ou diminuir seus efeitos.

4.3.4.4 ATRIBUIÇÕES

Promover a integração da Defesa Civil Municipal com entidades públicas e privadas e, com os órgãos federais, estaduais e regionais;

Estudar, definir e propor normas, planos e procedimentos que visem à prevenção, socorro e assistência da população e recuperação de áreas quando ameaçadas ou afetadas por fatores adversos;

Participar e colaborar com programas coordenados pelo Sistema Nacional de Defesa Civil;

Sugerir obras e medidas de proteção com o intuito de prevenir ocorrências de acidentes;

Promover campanhas educativas nas comunidades e estimular o seu envolvimento, motivando atividades relacionadas com a defesa civil;

Estar atenta às informações de alerta dos órgãos competentes, para desencadear planos operacionais em tempo oportuno;

Comunicar aos órgãos superiores quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos, colocarem em risco a população;

Estabelecer intercâmbio de ajuda, quando necessário, com outros Municípios e emitir parecer técnico que embasará a decretação ou não, da existência de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, em consonância com a legislação em vigor.

4.3.4.5 FUNCIONAMENTO

Sugere-se que a COMDEC reúna-se, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, para definir seus objetivos e para elaboração dos planos de contingência, levando em consideração as vulnerabilidades que apresenta o município, apontadas no mapa de riscos, assim como, para a formação das subcomissões e as tarefas que serão atribuídas a cada um dos seus membros.

4.3.5 PLANOS DE ATIVIDADES

As atividades a cargo de uma COMDEC podem ser desenvolvidas em duas situações:

1º Período de normalidade - nele devem ser executadas as atividades preventivas, que visem a fortalecer as medidas destinadas a enfrentar os eventos funestos que possam ocorrer e, a capacitar as populações a resistir-lhes com elevado espírito comunitário;

2º Período de anormalidade - caracteriza-se como aquele durante o qual serão desenvolvidas as atividades de atendimento à população atingida, por meio de planos com medidas de socorro, de assistência e de recuperação.

4.3.5.1 ATIVIDADES NA NORMALIDADE

São atividades de PREVENÇÃO desencadeadas no sentido de promover levantamento de dados, cadastramento de órgãos e entidades, execução de campanhas educativas e acompanhamento de projetos destinados à implantação de obras de caráter preventivo.

Essas atividades estão mais bem especificadas a seguir.

1) Levantamentos e Mapeamento dos Riscos

Dos possíveis eventos ou situações emergenciais que podem ocorrer no Município

- suas causas, suas conseqüências, as épocas de ocorrência, previsões cíclicas;

Das áreas mais expostas aos eventos:

- as mais vulneráveis (localização, características);
- as de maior risco (pontes, estradas, prédios, açudes, rios; fabricantes, depósitos ou consumidores como também tipos, quantidades e destino dos produtos perigosos que transitam pelo Município, etc.).

Recomenda-se traçar planos emergenciais para essas áreas, de acordo com o mapeamento, onde deve constar a extensão da área, vulnerabilidades existentes, vias de acesso, população fixada no local, entre outros.

2) Cadastramentos

- a) Meios de comunicação (correios, emissoras de rádio e de TV, etc);
- b) Órgãos públicos (Forças Armadas, Polícia Militar e Civil, Corpo de Bombeiros, Secretarias de Estado, etc);
- d) Órgãos de saúde (hospitais, pronto-socorro, centros de saúde, etc);
- e) Entidades particulares (escoteiros, igrejas, etc);
- f) Clubes de serviço (Lions, Rotary, etc);
- g) Órgãos de classe (sindicatos, associação comercial e cooperativa);
- h) Empresas de transportes (ônibus, caminhões, táxis, etc);

i) Locais que possam servir de abrigos e depósitos (escolas, estádios e quadras de esportes, igrejas e templos);

i) Órgão de serviços de previsões meteorológicas.

3) Campanhas Educativas:

a) Nas escolas: palestras, demonstrações, vídeos, cartazes e treinamento dos alunos;

b) Com a população: rádio, TV, folhetos, jomais, informações sobre medidas preventivas, epidemias, perigos;

c) Treinamento: evasão de escolas, cinemas, estádios, preparação de instrutores, voluntários, de primeiros socorros, de atendimentos, etc.

4) Obras de Caráter Preventivo:

Verificar e fiscalizar a execução de obras preventivas, tais como canalizações, esgotos, bueiros, paredes, aterros, etc.

4.3.5.2 ATIVIDADES NA ANORMALIDADE

Para atender a SITUAÇÕES CALAMITOSAS que venham a ocorrer no Município, a COMDEC deve estabelecer Planos de Operações Emergenciais em níveis diversos, a serem aplicados de acordo com o porte do fato adverso e acionar os recursos cadastrados.

Após dado o alarme ou o conhecimento da notícia do evento, a autoridade municipal ou a COMDEC deflagra a Ação Emergencial, obedecendo às seguintes fases:

- Convocar imediatamente os integrantes da COMDEC;
- Instalar as comissões de depósito, saúde, transporte, etc.;
- Identificar a área atingida e avaliar os danos;

■ Acionar equipes de socorro;

Identificar e desobstruir as vias de acesso aos locais de socorro e evacuação da área;

Manter fluxo de informação com a imprensa;

Montar e administrar centro de recebimento e distribuição de víveres e remédios;

Montar e administrar abrigos públicos;

Triar a população atingida, cadastrando as pessoas que realmente necessitam de amparo e

Mobilização dos serviços sanitários, profiláticos e funerários, tornando-os disponíveis.

Naturalmente, as pessoas da comunidade não possuem consciência dos riscos potenciais que os cercam, quer seja por comodismo, pela falta de cultura ou falta de recursos financeiros e, acabam sendo vítimas pelo desconhecimento da problemática e que muitas vezes sofrem consequências irreversíveis.

Um governo preocupado com o bem-estar da comunidade, trabalha preventivamente, de forma organizada, com objetivo de orientar as pessoas dos riscos a que estão expostas, visando minimizar os desastres, como por exemplo o acidente doméstico (o uso inadequado de uma garrafa de álcool, o azeite quente no fogão, o tapete deslizante, etc), a construção em local sujeito à inundação, deslizamento, desabamento, entre outros. Como já diz o ditado popular “*é melhor prevenir que remediar*” vale também, e principalmente, para a segurança. Como nenhum de nós está livre de ser vítima de eventos adversos, é importante que estejamos, também preparados para enfrentá-los.

Dentro dessa concepção, entendemos que a primeira ação a ser desencadeada como meta preventiva de defesa civil pelo governo municipal é evitar o desastre, por intermédio de orientações didáticas, consistentes e fundamentadas tecnicamente, objetivando atingir a todos os integrantes da sociedade.

Os fatos adversos que atingem um município são inesperados e de consequências imprevisíveis. Por essa razão, é muito importante que o Sistema Municipal de Defesa Civil esteja adequadamente preparado para ser acionado em qualquer emergência.

O ato de prestação de socorro, nos casos de calamidades, deverá, normalmente, iniciar-se através do município, seguindo o Estado e a União. Será sempre em regime de cooperação, a atuação dos organismos municipais, estaduais e federais.

É importante a integração dos meios, progressivamente, em função da natureza, extensão, modalidade e duração da ocorrência.

No tocante a necessidade de implantação de uma Comissão Municipal de Defesa Civil para melhor atender a população municipal, acolhemos a declaração do Sr. Luis Antonio Borges Vieira - Cel QOPM- Coordenador Estadual de Defesa Civil do Paraná:

A estrutura básica de Defesa Civil deve estar localizada no Município, cuja comunidade é a primeira a ser atingida por um evento adverso. Essa estrutura é composta pela Comissão Municipal de Defesa Civil e deve ser integrada por pessoas comprometidas com o bem-estar da sociedade e que tenham condições de planejar e preparar ações voltadas à prevenção dos acidentes ou da minimização dos seus efeitos.

Uma calamidade sempre ocorre em momentos inesperados, deixando em seu rastro, ferimentos, prejuízos e não raro, perdas humanas.

A Defesa Civil, para atingir os seus objetivos, necessita do envolvimento completo e permanente de todos os segmentos sociais, além do engajamento dos dirigentes públicos.

Saliente-se, no entanto, que o empenho dos Senhores Prefeitos na estruturação e operacionalização das Comissões Municipais de Defesa Civil é de fundamental importância para que as comunidades não sofram as consequências mais perversas do fenômeno adverso, pela falta de organização.

Em face dos fatos descritos, bem como as consequências que poderão advir se não forem tomadas medidas que possam atenuar a situação calamitosa a que possa estar submetida a população ludovicense, optamos sem sombra de dúvida e com toda veemência pela Criação da Comissão Municipal de Defesa Civil de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

Compete às autoridades dentro do campo da sensibilidade e do bom senso, a tomada de tal decisão, pois o interesse público e o bem comum devem estar acima de qualquer pormenor ou interesse particular.

Sendo assim, concito a todos que irmanados a esta causa, possam labutar para a sua consecução, que terá como fim o bem-estar social, assegurando desta forma o traduzido no preâmbulo da Constituição da república Federativa do Brasil:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.”

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. **Constituição da República Federativa do**, de 05 de outubro de 1988

Maranhão. **Constituição do Estado do**, de 01 de outubro de 1990

Maranhão. **Lei Orgânica do Município de São Luiz**, de 05 de abril de 1990

Maranhão. **Lei nº 3.456, de 27 de março de 1996**. Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Defesa Civil – SIMDEC e dá outras providências.

Daher, Carlos Alberto – **Defesa Civil, Aspectos Históricos, Doutrinários e organizacionais** – Gráfica Orionita, 2002.

Dantas, Maria Cristina - **Apostila sobre implantação e operacionalização de COMDEC** – Secretaria de Defesa Civil /MIR – Brasília, 1999.

Castro, Antônio Luiz Coimbra de, **Segurança Global da População** – Departamento de Defesa Civil /MPO, Brasília, 1997.

Castro, Antônio Luiz Coimbra de, **Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres** – 2ª Edição, Departamento de Defesa Civil /MPO, Brasília, 1998.

Sites da Internet:

Secretaria Estadual de Defesa Civil – manualisnt - <http://www.Celepar.Gov.Br> (acessado em 13/10/2003).

Secretaria Nacional de Defesa Civil – comdec - <http://www.defesacivil.gov.br> (acessado em 13/10/2003).

Governo do Maranhão – cidadão – http://www.ma.gov.br/cidadão/saoluis/centro_historico (acessado em 13/10/2003).

Governo do Maranhão – mapas - <http://www.ma.gov/mapa/saoluis> (acessado em 13/10/2003).

6. ANEXOS

6.1 MODELOS

6.1.1 Modelo de Mensagem

6.1.2 Modelo de um Projeto de Lei

6.1.3 Modelo de Decreto

6.1.4 Modelo de Regimento Interno

6.2 ANTEPROJETO DA MONOGRAFIA

6. ANEXOS

6.1. MODELOS

6.1.1 MODELO DE MENSAGEM

MENSAGEM Nº , de de de

Senhores Membros da Câmara Municipal:

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei em anexo, que objetiva a criação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

2. O Projeto inclui as técnicas adotadas no Sistema Nacional de Defesa Civil e estabelece princípios fundamentais sobre o assunto, deixando os pormenores para o regulamento que será elaborado posteriormente.

3. A matéria, distribuída em quatorze artigos, disciplina os princípios norteadores da estrutura básica da Defesa Civil no Município, a competência dos órgãos e disposições gerais.

4. Este Projeto, se transformado em Lei pela soberana vontade dos Senhores Membros dessa Casa do Legislativo Municipal, irá fortalecer, como esperamos, o Poder Público do Município consoante a disciplina, a ordem e a conduta dos trabalhos decorrentes de eventos anormais e adversos no Município.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossas Excelências os protestos de elevado apreço.

Local, de de

Prefeito Municipal

6.1.2 MODELO DE UM PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº _____, de _____ de _____ de _____

Cria a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de _____ e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL aprova e eu, o Prefeito do Município de _____ sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de _____, diretamente subordinada ao Prefeito ou ao seu substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, os meios para atendimento a situações de emergência ou estado de calamidade pública.

Art. 2º - A Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, constitui o instrumento de articulação de esforços da Prefeitura com as demais entidades públicas e privadas existentes na jurisdição municipal, além de manter constante contato com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC, como integrantes do Sistema Estadual de Defesa Civil.

Art. 3º - O Chefe do Executivo nomeará os representantes dos órgãos da administração direta e indireta do município e convidará representantes dos órgãos federais, estaduais e de entidades privadas que participarão da COMDEC.

I - A atuação dos órgãos públicos de outras esferas e entidades privadas existentes na jurisdição municipal será sempre em regime de cooperação com a COMDEC.

Art. 4º - Entende-se por defesa civil, para os efeitos desta Lei, o conjunto de medidas preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar

consequências danosas de eventos previsíveis, preservar o moral da população e restabelecer o bem-estar social, quando da ocorrência desses eventos.

Art. 5º - A Secretaria Municipal da Educação ministrará noções de defesa civil e sua organização, como tema transversal ao currículo, em todas as áreas do conhecimento, no ensino fundamental e médio, da rede escolar do Município.

Art. 6º - Para efeito desta Lei, a situação de emergência e o estado de calamidade pública passam a ter as seguintes conceituações:

I - Situação de emergência - quando existir a configuração de índices que revelem a iminência de fatores anormais e adversos que possam vir a provocar calamidade pública.

II - Estado de calamidade pública - quando um fenômeno anormal e adverso afetar gravemente a população com uma ou mais das seguintes consequências:

- a) ameaça à existência e/ou à integridade da população - elevado número de mortos, feridos e/ou doentes;
- b) paralisação dos serviços públicos essenciais - luz, água, transporte, entre outros;
- c) destruição de casas, hospitais;
- d) falta de alimentos e/ou medicamentos;
- e) paralisação das atividades econômicas - tanto no setor primário como secundário e terciário.

Art. 7º - Os servidores públicos designados para colaborar nas ações de emergência ou de calamidade pública exercerão essas atividades sem prejuízo das funções que ocupam e, não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Art. 8º - Toda a atividade desenvolvida em prol da defesa civil, quando de eventos desastrosos, é considerada serviço relevante.

Art. 9º - A Comissão Municipal de Defesa Civil integrará o Gabinete do Prefeito e terá a seguinte estrutura:

- I - Presidência;
- II - Diretoria de Operações;
- II - Grupo de Atividades Comunitárias - GRAC;
- IV - Conselho de Entidades Não Governamentais - CENG;
- V - Núcleo de Defesa Civil - NUDEC.

Art. 10 - Compor-se-á a Presidência da COMDEC de:

- I - Um Presidente;
- II - Um Adjunto.

Art. 11 – O cargo de Presidente da COMDEC deverá ser exercido por um profissional, preferencialmente, experiente e com conhecimentos na área de Defesa Civil, nomeado pelo Chefe do Executivo Municipal, competindo-lhe organizar as atividades da mesma.

Art. 12 - O cargo de Adjunto deverá ser exercido por um profissional experiente e com reconhecida capacidade técnica, capacidade de articulação e delegação de competência para tomar decisões em situações de crise.

Art. 13 - Compor-se-á a Diretoria de Operações da COMDEC de:

- I - Um Diretor de Operações;
- II - Um Secretário.

Art. 14 - O Cargo de Diretor de Operações será exercido, por pessoa que tenha liderança e possua conhecimento sobre defesa civil.

Art. 15 - O cargo de Secretário será designado pelo Presidente da COMDEC.

Art. 16 - O Grupo de Atividades Comunitárias - GRAC será constituído por representantes dos órgãos da administração direta e indireta do município e, a convite, pelos representantes dos órgãos federais e estaduais existentes na área.

Art. 17 - O Conselho de Entidades Não Governamentais - CENG, será constituído por representantes de classes, órgãos assistenciais, culturais, clubes de serviços, entre outros, existentes no município.

Art. 18 - Os Núcleos de Defesa Civil serão constituídos por grupos de pessoas que se reúnem para debater assuntos de defesa civil, buscando soluções para problemas que afligem as pequenas comunidades (bairros, vilas, etc).

Art. 19 - Até o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, após sua instalação, a COMDEC elaborará seu Regimento Interno, que deverá ser homologado por Decreto Municipal.

Art. 20 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de

Prefeito Municipal

Secretário

6.1.3 MODELO DE DECRETO

DECRETO Nº , de de de

Aprova o Regimento Interno da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

O Prefeito Municipal de Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto Municipal (citar o nº do decreto de criação do Sistema Municipal de Defesa Civil, dia e ano).

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aprovado, nos termos do artigo, da Lei nº de de, o Regimento Interno da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, que com o presente é baixado.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Local, de de

(nome)

Prefeito Municipal

(nome)

Secretário

6.1.4 MODELO DE REGIMENTO INTERNO

REGIMENTO INTERNO

REFERÊNCIA: Art. da Lei Municipal nº.....
de.....de.....de.....

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Entende-se por defesa civil, para efeitos do presente regimento, o conjunto de medidas preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar consequências danosas de eventos previsíveis, preservar o moral da população e restabelecer o bem-estar, quando da ocorrência desses eventos.

PARÁGRAFO ÚNICO: A defesa comunitária está fundamentada no princípio de que nenhum governo tem a capacidade para solucionar sozinho todos os problemas que possam afetar a comunidade e procura, desde as primeiras ações, contar com a participação social para solução dos problemas de todos.

Art. 2º - A Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, criada pela Lei do Municipal nº., dede.....de....., constitui-se no instrumento de articulação de esforços da Prefeitura com as demais entidades públicas e privadas existentes na jurisdição municipal, além de manter constante contato com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC, como integrante de Sistema Estadual de Defesa Civil.

Art. 3º - A ação administrativa de defesa contra qualquer evento desastroso, que ocorra no município, obedecerá às determinações estabelecidas neste regimento interno da COMDEC.

Art. 4º - A COMDEC ficará subordinada diretamente ao Prefeito Municipal.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º - As atividades de Defesa Civil no município de....., serão organizados sob forma de sistema, o qual contará com um órgão central, a COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC.

Art. 6º - A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, ficará diretamente subordinada ao Prefeito Municipal, ou no seu impedimento, pelo substituto eventual e terá a seguinte organização:

- a) Presidência
- b) Diretoria de Operações
- c) Grupo de Atividades Comunitárias - GRAC
- d) Conselho de Entidades não Governamentais - CENG
- e) Núcleo de Defesa Civil - NUDEC

Art. 7º - A Presidência compreende:

- I - Presidente
- II - Adjunto

§ 1º - O Presidente da COMDEC será um profissional, preferencialmente, experiente e com conhecimentos na área de Defesa Civil, nomeado pelo Chefe do Executivo Municipal, competindo-lhe organizar as atividades da mesma.

§ 2º - O adjunto será um profissional, preferencialmente, experiente e com reconhecida capacidade técnica, capacidade de articulação e delegação de competência para tomar decisões em situações de crise.

Art. 8º - A Diretoria de Operações compreende:

I - Diretor de Operações

II - Secretário

§ 1º - O Diretor de Operações será pessoa que possua liderança e conhecimento em matéria de defesa civil.

§ 2º - O Secretário será designado pelo Presidente da COMDEC.

Art. 9º - O Grupo de Atividades Comunitárias - GRAC, será constituído pelos respectivos chefes dos seguintes departamentos:

a) (aqui citar todos os departamentos e assessorias existentes na Prefeitura).

PARÁGRAFO ÚNICO: serão convidados a participarem no GRAF, representantes dos seguintes órgãos:

a) (aqui citar os órgãos federais e estaduais existentes no município).

Art. 10 - Serão convidados para tomarem assento no CENG, representantes dos seguintes órgãos:

a) (aqui mencionar todos os órgãos representantes de classe, órgãos assistenciais, culturais, religiosos, clubes de serviços, etc).

Art. 11 - Os Núcleos de Defesa Civil serão constituídos por grupos de pessoas que se reúnem para debater assuntos de defesa civil, buscando soluções para problemas que afligem as pequenas comunidades (bairros, vilas, entre outros).

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 12 - Situação de normalidade caracterizar-se-á pela ausência de eventos desastrosos ou de previsão de não ocorrência concreta desses eventos.

I - FASE DE PREVENÇÃO

Nessa fase serão efetuados estudos, análises, avaliações das situações anteriores, coleta de informações, revisões, defesa do patrimônio, observação, alerta, mobilização, etc., previamente sistematizadas, de caráter permanente e que tem por finalidade proporcionar dados e atitudes que determinarão medidas acauteladoras para neutralizar, amenizar e prevenir eventos desastrosos.

a) Os integrantes do GRAC, deverão constituir, de acordo com as atividades pertinentes, as subcomissões de: depósitos, abrigos, relações públicas, segurança, saúde, vistorias e transportes que serão ativadas pelo Diretor de Operações da COMDEC, sempre que necessário.

b) Os representantes do CENG, deverão constituir, as subcomissões de voluntários e de donativos, podendo, dependendo da atividade, integrar as subcomissões afetas ao GRAF e ativadas pelo Diretor de Operações sempre que necessário.

c) Para tratar de assuntos pertinentes a defesa civil a COMDEC reunir-se-á, em todo ou em parte, a critério do Presidente, no mínimo uma vez por mês.

d) Poderão participar das reuniões, a critério do Presidente, pessoas estranhas ao grupo, tendo em vista assegurar o entendimento e a colaboração dessas pessoas, ou entidades e órgãos que as mesmas representem, nos assuntos de interesse comum.

e) O Presidente acionará a COMDEC, sem necessidade de qualquer ato formal.

f) Cada assunto de defesa civil apresentado a COMDEC é estudado por um relator, cuja atividade é técnica, designado pelo Presidente, o qual apresentará o competente relatório na data que for estipulada pelo Presidente.

g) Os trabalhos do relator serão sempre escritos e terminam por um parecer técnico.

h) Qualquer membro pode apresentar questões a serem apreciadas, desde que sejam consideradas pelo Presidente como pertinentes.

i) A ata de cada reunião será firmada pelo Presidente e pelo Secretário.

Art. 13 - Situação de Anormalidade: é assim considerada a situação de ocorrência de eventos desastrosos ou de iminentes possibilidades de que venham ocorrer.

II - FASE DE SOCORRO

Nessa fase se desencadearão as medidas operacionais, onde são estabelecidas atividades já previamente planejadas e que se caracterizam principalmente como de comunicação, transporte, evacuação, salvamento, segurança e saúde.

a. SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

É decretada pelo Prefeito Municipal quando existir a configuração de indícios que revelem a iminência de fatores anormais e adversos que possam vir a provocar calamidade pública.

b. ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

É decretada pelo Prefeito Municipal quando um fenômeno anormal e adverso afetar gravemente a população com uma ou mais das seguintes consequências:

- ameaça à existência e/ou à integridade da população - elevado número de mortos, feridos e/ou doentes;
- paralisação dos serviços públicos essenciais - luz, água, transporte, entre outros;
- destruição de casas, hospitais;
- falta de alimentos e/ou medicamentos;

- paralisação de atividades econômicas - tanto no setor primário como secundário e terciário.

III - FASE ASSISTENCIAL

Desencadear-se-á as medidas operacionais de:

- a) Assistência, caracterizada pelas atividades de triagem e atendimento a flagelados e
- b) Reabilitação, caracterizada pelas atividades de descontaminação.

IV - FASE DE RECUPERAÇÃO

É a fase onde prevalecem às atividades exercidas pelos serviços públicos, pelas ações comunitárias de toda a ordem, com o fito de recuperar as situações afetadas e de se elevar o moral social.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA

ART. 14 - EM SITUAÇÃO DE NORMALIDADE COMPETE:

I - AO PRESIDENTE DA COMDEC

- 1) Sugerir ou recomendar à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil medidas específicas ou prioritárias para prevenir, evitar ou sanar calamidades previsíveis;
- 2) Representar a Comissão Municipal de Defesa Civil;
- 3) Estabelecer contatos com os municípios vizinhos, em termos de defesa civil, a fim de solicitar ajuda e também fornecê-la em caso de necessidade;
- 4) Solicitar orientação técnica a CEDEC;
- 5) Aprovar o plano de defesa civil;
- 6) Adotar as medidas atinentes à organização de defesa civil;
- 7) Supervisionar todas as atividades de defesa civil no município;

8) Solicitar apoio aos órgãos federais e estaduais existentes no município, na elaboração de planos emergenciais específicos ou gerais de defesa civil e para treinamento de pessoal em calamidades;

9) Convocar e presidir a COMDEC;

10) Determinar a COMDEC, identificar os fenômenos anormais e adversos de qualquer natureza, com ocorrência periódica no município.

II - AO ADJUNTO

1) Substituir o Presidente em seus impedimentos;

2) Fiscalizar e apoiar no que for possível a COMDEC, no desenvolvimento dos trabalhos preventivos.

III - AO DIRETOR DE OPERAÇÕES

1) Identificar e acompanhar os fatores anormais e adversos da natureza de ocorrência periódica na área, bem como, de outras origens, que possam ocorrer no município, caracterizando-se eventos desastrosos;

2) Convocar e orientar as diversas subcomissões da COMDEC nos trabalhos de defesa civil;

3) Organizar e orientar os Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC junto aos bairros do município;

4) Promover palestras, conferências, campanhas educativas, cursos e seminários, com vistas a orientar a comunidade na adoção de medidas em sua própria defesa;

5) Promover simulacros para treinamento do pessoal e da comunidade;

6) Estabelecer sistema de alerta;

7) Organizar e manter atualizado o cadastro dos meios de socorro e apoio disponíveis em sua área de ação, para emprego nas situações de emergência;

8) Elaborar, por intermédio das diversas subcomissões da COMDEC, os planos gerais ou específicos de emergência para enfrentar eventos desastrosos e mantê-los atualizados;

9) Organizar e manter atualizado a relação de endereços de todos os integrantes da COMDEC, para a feitura do plano de chamada;

10) Estabelecer procedimentos para que cada integrante do GRAC elabore o seu plano setorial de sua área, definindo as linhas de ações a serem desenvolvidas pelo órgão, bem como as funções, responsabilidades e atribuições de modo a desencadear harmonicamente as atividades de defesa civil.

IV - AO SECRETÁRIO

1) Convocar os membros da Comissão Municipal de Defesa Civil, quando determinado.

V – À COMISSÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

1) Executar campanhas de divulgação, visando motivar a população a participar dos problemas comunitários;

2) Divulgar o telefone da Defesa Civil à população;

3) Comunicar o público em geral objetivando o desenvolvimento de programas educativos;

4) Divulgar a defesa civil nas escolas;

5) Outros.

VI - À COMISSÃO DE SEGURANÇA

1) Cadastrar recursos;

2) Elaborar planos de segurança levando-se em conta a área sujeita a sinistros, os locais de abrigo, o patrimônio, se há presídios, o trânsito, as estradas, as comunicações e os transportes;

3) Evacuação de áreas onde haja indícios de sinistros;

4) Outros.

VII - À COMISSÃO DE DEPÓSITO

- 1) Cadastrar os locais de estocagem;
- 2) Estimativas de capacidade de estoque (alimentos, agasalhos, etc);
- 3) Previsão de necessidades em recursos humanos e materiais;
- 4) Definição de normas de funcionamento (sistema de estocagem, de controle, de distribuição, modelos de formulários, etc);
- 5) Definir as pessoas que coordenarão os locais de depósito e as atribuições que lhes são afetas;
- 6) Manter em estoque, como reserva técnica, bobinas de lona plástica e alimentos (a bobina de lona plástica é muita bem empregada em caso de vendavais, quando é possível deixar as famílias flageladas junto aos seus patrimônios, não precisando ser levadas para abrigos públicos).

VIII - À COMISSÃO DE ABRIGOS

- 1) Cadastrar os locais de abrigos improvisados (escolas, igrejas, clubes, etc).
- (Obs.: a escola é um local ideal tendo em vista haver uma estrutura adequada à situação, porém as aulas são prejudicadas, caso o sinistro aconteça no período letivo);
- 2) Estimar a capacidade dos abrigos improvisados;
 - 3) Previsão de necessidades de recursos humanos e materiais;
 - 4) Planejar normas de funcionamento;
 - 5) Estabelecer formulários para o cadastramento;
 - 6) Prever uma possível instalação de abrigos de emergência onde haverá necessidade de estudos mais detalhados (nesses casos prever barracas, geradores de energia, lona plástica, cozinha de campanha, bivaques e depósito de água).

IX - À COMISSÃO DE SAÚDE

- 1) Apresentar à Comissão a possibilidade de epidemias e outras que possam ocorrer no município;
- 2) Sugerir e coordenar a execução de medidas preventivas na área de saúde;

3) Cadastrar o pessoal médico, paramédico, ambulâncias, etc;

4) Estabelecer normas de funcionamento da subcomissão (definindo responsabilidades, modelos de formulários, etc).

X - À COMISSÃO DE VISTORIAS

1) Fazer vistorias em lugares que oferecem perigo;

2) Manter controle sobre o nível dos riscos e sobre previsões especializadas objetivando o acompanhamento da situação;

3) Estabelecer o sistema de alerta;

4) Levantar e apresentar a COMDEC hipótese de ocorrências calamitosas decorrentes do desequilíbrio biológico (animal ou vegetal);

5) Outros.

XI - À COMISSÃO DE TRANSPORTES

1) Cadastramento dos meios de transportes: aéreos, rodoviários e aquáticos, oficiais ou não, a serem utilizados em caso de emergência;

2) Levantar as principais vias de transporte com as respectivas distâncias dos centros populacionais mais próximos;

3) Levantar locais para pouso e decolagem de aeronaves, principalmente helicópteros;

4) Prever meios de transportes para evacuação de área sinistrada, locomoção do pessoal da Defesa Civil empenhado na operação, alocação de gêneros alimentícios básicos, agasalhos e medicamentos aos flagelados;

5) Estimar necessidades em recursos humanos, materiais e financeiros;

6) Analisar relatórios de calamidades anteriores e verificar se o município ficou isolado e, no caso quais alternativas foram tomadas.

XII - À COMISSÃO DE DONATIVOS - VOLUNTÁRIOS

1) Cadastrar pessoas físicas e jurídicas, que possam auxiliar em situação de emergência;

- 2) Organizar e treinar equipes para colocar nas áreas de assistência social, recreação, materno-infantil;
- 3) Instruir para as atividades de reconhecimento, triagem e remessa de donativos;
- 4) Elaborar plano de chamada.

Art. 15 - EM SITUAÇÃO DE ANORMALIDADE COMPETE:

I - AO PRESIDENTE DA COMDEC

- 1) Comunicar à Coordenadoria Regional de Defesa Civil a ocorrência do fato, no mais curto espaço de tempo, informando a extensão do evento desastroso e das condições do município em atender à população;
- 2) Solicitar, quando necessário, a abertura de crédito extraordinário destinado a cobrir despesas com a emergência;
- 3) Solicitar auxílio, utilizando-se do Sistema Estadual de Defesa Civil, depois de verificada a impossibilidade do município de manter a situação sob controle;
- 4) Decretar Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, e determinar a Comissão de Vistoria a feitura do relatório AVADAN e ao Diretor de Operações, o relatório NOPRED que são documentos necessários para solicitar ajuda ao Sistema Estadual de Defesa Civil ou Federal;
- 5) Ordenar despesas com dispensa de licitação observando-se a legislação em vigor;
- 6) Prestar contas à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil ou ao Tribunal de Contas do Estado, de acordo com a origem dos recursos recebidos e o que for acordado em convênios, utilizando-se os elementos contábeis da Prefeitura;
- 7) Somente encerrar a operação após o completo retorno à normalidade, podendo desativar os órgãos à medida que se tornam desnecessárias à mesma;
- 8) Supervisionar todas as atividades de defesa civil no município;

9) Solicitar apoio aos órgãos federais e estaduais no Município, para a adoção de medidas de socorro, assistenciais e recuperativas;

10) Encaminhar à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil o relatório Avaliação de Danos.

II - AO ADJUNTO

1) Substituir o Presidente no seu impedimento e apoiar o Diretor de Operações no desencadeamento do plano de emergência.

III - AO DIRETOR DE OPERAÇÕES

1) Desencadear o plano de chamada dos elementos julgados necessários a enfrentar a situação;

2) Desencadear o plano adequado à ocorrência;

3) Mobilizar os recursos materiais necessários à emergência;

4) Acionar o posto de chamada da sede da COMDEC ou manter-se no local em que ocorreu o fato, a fim de melhor analisar o quadro existente e assim acionar com mais eficiência a ação de socorro, assistência e recuperação da população atingida;

5) Acompanhar os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelos núcleos de Defesa Civil nos diversos bairros;

6) Utilizar os voluntários previamente treinados;

7) Utilizar os meios de comunicação para acalmar a população;

8) Manter sobre controle o desencadeamento das diversas ações das subcomissões da COMDEC;

9) Propor ao Prefeito a decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, observando o Decreto Estadual:

10) Elaborar relatório parcial e final - NOPRED e AVADAN.

IV - AO SECRETÁRIO

1) Desencadear as tarefas que lhe forem impostas pelo Diretor de Operações.

V - À COMISSÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

- 1) Desenvolver programas para elevação do moral da comunidade atingida;
- 2) Comunicação com o público em geral, objetivando informar os fatos e o trabalho da COMDEC;
- 3) Alertar, orientar e reagrupar famílias;
- 4) Acompanhar a situação do município atualizando os registros diários;
- 5) Apresentar relatórios diários.

VI - À COMISSÃO DE SEGURANÇA

- 1) Isolamento da área;
- 2) Salvamento;
- 3) Combate a incêndios;
- 4) Proteção à vida e ao patrimônio;
- 5) Resgate e evacuação de flagelados;
- 6) Apresentar relatórios parcial e final.

VII - À COMISSÃO DE DEPÓSITOS

- 1) Apresentar relatórios parcial e final do que foi distribuído.

VIII – À COMISSÃO DE ABRIGOS

- 1) Cadastrar os flagelados para fins de estatísticas e logísticas;
- 2) Recepção, triagem, assistência e amparo às famílias;
- 3) Apresentar relatórios parcial e final.

IX - À COMISSÃO DE SAÚDE

- 1) Executar a triagem médica nos locais de abrigos;
- 2) Coordenar a distribuição de medicamentos aos flagelados;
- 3) Manter rigoroso registro de óbitos, feridos, atendimentos prestados, etc.;
- 4) Coordenar e executar medidas de combate a epidemias;

- 5) Apresentar relatórios parcial e final.

X - À COMISSÃO DE VISTORIAS

- 1) Realizar perícias nos locais de sinistros, bem como as providências adotadas e os recursos necessários para a recuperação;
- 2) Manter o acompanhamento dos níveis de rios e sobre previsões especializadas;
- 3) Estabelecer prioridades quanto às áreas que devem ser evacuadas;
- 4) Supervisionar e orientar atividades de combate a calamidades decorrentes do desequilíbrio biológico (animal e vegetal);
- 5) Supervisionar e orientar os serviços de recuperação dentro da respectiva especialidade.

DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

Art. 16 - A Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC entrosar-se-á com os órgãos da União, do Estado e entidades privadas localizadas no município, com os quais manterá estreita colaboração no desempenho de suas funções, em especial, quando ocorrerem Situações de Emergência ou Estado de Calamidade Pública.

Art. 17 - Será sempre em regime de colaboração, a atuação da COMDEC com os órgãos de outras esferas e entidades privadas existentes na jurisdição municipal.

Art. 18 - Toda atividade desenvolvida em prol da defesa civil, quando da ocorrência de eventos desastrosos, é considerada serviço relevante prestado ao município, devendo constar nos assentamentos funcionais do interessado.

Art. 19 - Os casos omissos neste Regimento serão objeto de decisão do Presidente, "ad referendum" da COMDEC.

Art. 20 - Este regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Comissão Municipal de Defesa Civil

Aos.....dias do mês de.....de.....

(a)_____

.....

Presidente da Comissão Municipal de Defesa
Civil do Município de.....

PROJETO DE PESQUISA – Maria Elisabete de Oliveira UFPR

Autor: : Matos, Izac Muniz		Tema: Defesa Civil como atividade de Defesa Social – Criação da Comissão Municipal de Defesa Civil – uma necessidade.		Situação problematizadora: Atualmente as atividades de Defesa Civil são exercidas na capital do Estado do Maranhão, São Luís, pelo Corpo de Bombeiros Militar, através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. Por conta desse fator, responder eficientemente a essas atividades causadas por situações adversas têm se mostrados difíceis e em alguns casos ficando apenas na intenção, porque a capital do Estado não possui a defesa civil municipal.	
Objeto de estudo: Defesa Civil. Contexto: São Luís - Maranhão Ciência principal: Administração. Ciências correlatas: Direito,					
Problema de pesquisa: Quais as consequências ocasionadas pela inexistência da Defesa Civil municipal, concernente às respostas decorrentes de situações adversas que acomete a sociedade ludovicense?					
Ponto de vista a defender: Em face da grande necessidade de bem desempenhar suas atividades, a Defesa Civil no Maranhão é preciso: propor a criação de Comissão Municipal de Defesa Civil, com o objetivo de dar apoio ao órgão estadual frente aos fenômenos adversos a que são submetidos.					
Objetivo geral: Propor subsídios para o entendimento.					
Objetivos específicos: Ações para execução do trabalho, prever confronto de fontes de informação para enriquecer reflexão.		Metodologia: operacionalização das ações, método, técnica, Critérios, Indicadores, Instrumentos para coleta e avaliação dos dados. Cronograma de trabalho.	Revisão de Literatura: Posição Oficial a respeito da questão estudada. Busca em livros clássicos, periódicos e base de dados.(Pressupostos, teorias, leis, comentários, análises, pareceres, propostas, encaminhamentos, testes, pesquisas, etc.).	Desenvolvimento: (Resultado: Relatar as informações tiradas da realidade estudada e suas validações);(Discussão:Confrontar as fontes de informações).	Considerações finais: Analisar o impacto da sua contribuição para solução do problema e situar o significado para a tese e os objetivos pretendidos. Proposta?, Recomendações?.
Retratar a atividade realizada pela Defesa Civil no Estado.		Pesquisa documental nos relatórios ,observações in loco e sustentação legal.	Organização: histórico, evolução e mapeamento dos riscos.		Avaliação:
Retratar as condições adversas que ocorrem em São Luís, que fomentam a criação de uma COMDEC		Pesquisa: registros,relatórios.	Retratar a realidade local (São Luís – Ma). Processo descritivo.		